

# zilor.



## Demonstrações Financeiras Combinadas

Zilor

31 de março de 2026  
com Relatório sobre a auditoria dos auditores independentes

Uma **nova energia**, um só time.

SAFRA 25/26

Índice

Relatório de auditoria do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras combinadas ....	1
Demonstrações Financeiras combinadas	
Balanço patrimonial combinado.....	5
Demonstração combinada do resultado .....	6
Demonstração combinada do resultado abrangente .....	7
Demonstração combinada das mutações do acervo líquido.....	8
Demonstração combinada do fluxo de caixa - método indireto.....	9
Demonstração combinada do valor adicionado .....	11
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras combinadas .....	12

## **Relatório da Administração**

A Diretoria

### **1. Introdução**

Prezados Senhores:

No Relatório da Administração da safra 25/26, demonstraremos a performance financeira sustentando o nosso comprometimento com o crescimento, a preservação do meio ambiente, o respeito à sociedade e a perenidade do Grupo Zilor. As demonstrações financeiras combinadas incluem: o balanço patrimonial combinado em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e a do valor adicionado, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2026.

#### **1.1. Visão Geral da Zilor**

A Zilor é uma empresa brasileira com 80 anos de atuação no setor sucroenergético, posicionada entre os principais players do país. Conta com quatro unidades industriais no interior do Estado de São Paulo, capacidade de moagem de 13,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e aproximadamente 4.261 colaboradores.

A Companhia opera de forma integrada, do campo à indústria, com foco na geração de valor sustentável. Suas atividades incluem a produção de açúcar, etanol, bioeletricidade e levedura para nutrição animal, combinando eficiência operacional, disciplina de capital e compromisso com práticas ambientais e sociais responsáveis.

A comercialização de açúcar e etanol é realizada por meio da Copersucar S.A., da qual a Zilor é uma das fundadoras e acionista relevante, com participação de 12%. Essa participação estratégica assegura escala, acesso a mercados globais e eficiência logística para o escoamento da produção. No segmento de energia, a Companhia atua por meio de leilões e contratos com distribuidores de energia elétrica e no mercado livre por meio da *Newcom*, parceria com Copersucar e Comerc, o que amplia a competitividade e reduz riscos operacionais e de contraparte.

Empresa de capital fechado e controle familiar, a Zilor mantém foco consistente na integração e no fortalecimento de seus negócios principais. Como parte dessa estratégia, em maio de 2025 foi concluída a venda de 70% da Biorigin para a multinacional francesa *Lesaffre*. A operação reforça a estrutura de capital e direciona recursos para o seu core business, no setor sucroenergético, mantendo a Zilor como acionista relevante, com 30% de participação. A Companhia segue presente nesse segmento por meio da operação e comercialização de ingredientes à base de levedura para nutrição animal, produzidos nas unidades de Lençóis Paulista e Macatuba.

Esse posicionamento estratégico reforça a capacidade da Zilor de capturar oportunidades de mercado, otimizar seu portfólio e fortalecer sua atuação nos segmentos em que opera, com foco na eficiência, competitividade e sustentabilidade de longo prazo.

## **2. Governança**

### **2.1. Governança Corporativa**

No campo, na indústria e nos escritórios corporativos, somos uma equipe de 4.261 mil colaboradores, todos dedicados a produzir e gerar riquezas a partir da cana-de-açúcar, sempre com ética, responsabilidade e cuidados com o meio ambiente. Em nossa gestão, buscamos garantir que o ambiente de trabalho seja saudável e seguro para todos os nossos colaboradores desenvolverem as suas atividades. Investir na capacitação dos profissionais é uma prioridade, visando resultados consistentes e sustentáveis.

Ao longo das últimas safras, o Grupo Zilor implantou uma série de medidas para fortalecer os seus controles, governança e maximizar os seus resultados.

O Conselho de Administração é o pilar e grande incentivador dessa estrutura de Governança. Ele é apoiado por outros comitês e fóruns de gestão. O mandato do conselho de administração é de dois anos e tem como objetivo discutir e aprovar os Planos Estratégicos, visando promover o crescimento sustentável da Zilor além de, proteger e maximizar o retorno do investimento dos acionistas. Também é responsável por aprovar políticas e diretrizes e acompanhar o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico.

Essa estrutura demonstra o compromisso do Grupo Zilor com as melhores práticas de Governança Corporativa, a independência na tomada de decisão executiva alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e dos demais stakeholders. O objetivo é garantir o cumprimento da missão de dar continuidade à capacidade de inovar e planejar o futuro em busca do crescimento sustentável.

### **2.2. Política de dividendos**

A política de remuneração dos acionistas do grupo segue o art. 33 do Estatuto Social das companhias do grupo, onde estão definidos indicadores e níveis de alavancagem, definidos pelos acionistas.

### **2.3. Controles Internos e Gestão de Riscos**

O Grupo Zilor, no exercício de sua gestão, adota procedimentos, relatórios e ações em conformidade com os padrões de Governança Corporativa hoje existentes no mercado, dentre os quais destacamos:

- Gestão de riscos;
- Elaboração de Orçamento Plurianual;
- Robusta gestão do fluxo de caixa e de endividamento;
- Acompanhamento da performance mensal Previsto x Realizado;
- Auditoria Interna e Externa;
- Relatórios voltados para auxiliar a gestão e os acionistas com informações relevantes e tempestivas suportando o processo de decisão;
- Existência de Normas e Procedimentos nos diversos níveis operacionais e administrativos;
- Gestão das obrigações fiscais e planejamento tributário.

### 3. Desempenho Operacional

Na Safra 25/26, a Zilor registrou um recorde de moagem, processando 12,7 milhões de toneladas de cana, o que representa um aumento de 20,1% em relação ao mesmo período da safra anterior. Esse resultado inclui um crescimento significativo de 27,3% na moagem de cana própria. A região de Lençóis Paulista representa a maior área de cana, que é devido à assunção de áreas arrendadas por contratos de parcerias. O destaque fica para a região de Quatá/SP, onde a moagem teve um incremento de 20,3%, atingindo um recorde histórico de moagem na safra com 3,3 milhões de toneladas. Destaca-se, ainda, a contribuição relevante da região de Lucélia que atente a USB, para o desempenho consolidado.

(mil tons)	25/26	24/25	Variação
<b>Informações Consolidadas</b>			
<b>Moagem Total</b>	<b>12.710,9</b>	<b>10.580,0</b>	<b>20,1%</b>
Moagem Própria	4.755,7	3.734,6	27,3%
Moagem Terceiros	7.955,2	6.845,4	16,2%
<b>Informações por Região</b>			
<b>Lençóis Paulista/SP</b>	<b>7.729,4</b>	<b>7.836,5</b>	<b>-1,4%</b>
<b>Quatá/SP</b>	<b>3.301,3</b>	<b>2.743,5</b>	<b>20,3%</b>
<b>Lucélia/SP</b>	<b>1.680,2</b>	<b>-</b>	<b>100,0%</b>

Obs: Lençóis Paulista contempla informações de Macatuba.

Os resultados positivos são reflexo da disciplina operacional, do planejamento estruturado e do uso intensivo de tecnologias de campo foi um fator determinante para o aprimoramento da gestão de riscos operacionais e para a captura de ganhos de eficiência. Nesse contexto, destacam-se as iniciativas implementadas por meio do Centro de Operações Agrícolas (COA), do Centro de Operações Industriais (COI), das soluções de geoprocessamento e das ferramentas de inteligência de mercado, que reforçou a gestão de riscos e ganhos de eficiência.

Produção	25/26	24/25	Variação
<b>Açúcar (mil/ton)</b>	<b>799,3</b>	<b>687,0</b>	<b>16,3%</b>
Branco	213,9	243,0	-12,0%
Bruto	514,9	400,0	28,7%
FS <sup>1</sup>	70,5	44,0	60,3%
<b>Etanol (mil/m<sup>3</sup>)</b>	<b>549,1</b>	<b>473,2</b>	<b>16,0%</b>
Anidro	282,8	268,5	5,3%
Hidratado	266,3	204,7	30,1%
<b>Energia Exportada (mil MWh)</b>	<b>729,8</b>	<b>647,3</b>	<b>12,7%</b>
<b>Mix Etanol vs Açúcar (em Unicop<sup>2</sup>)</b>	<b>54% vs 46%</b>	<b>53% vs 47%</b>	

1. FS: *Fermentable sugar*

2. Unicop: fator de medida que permite comparação entre Etanol e Açúcar na mesma unidade

O aumento da moagem impulsionou a produção de açúcar na safra, com destaque para a aquisição da USB, que priorizou o açúcar bruto sendo destinado à exportação. A contribuição de açúcar da USB foi de 110,1 mil toneladas.

A produção de etanol cresceu 16%, refletindo maior moagem e ajuste de mix para captura de melhores preços ao longo da safra, com priorização do etanol hidratado frente à maior demanda. A USB contribuiu com 59,8 mil m<sup>3</sup>, e, excluindo esse efeito, o crescimento foi de 3,2%.

A Energia exportada foi de 729,8 mil MWh na Safra 25/26, aumento de 12,7% em relação à safra anterior. Esse crescimento está relacionado à expansão da cogeração da Usinas de Barra Grande. A energia produzida a partir do bagaço da cana abastece 100% das unidades produtivas, e o excedente é vendido ao mercado por meio de leilões e contratos com distribuidores de energia elétrica.

#### 4. Receita líquida

##### Receita Líquida - R\$ MM

Descritivo	25/26	24/25	Variação R\$	Variação %
Açúcar	1.670,3	1.499,4	171,0	11,4%
Etanol	1.592,1	1.319,3	272,8	20,7%
Energia	216,2	171,9	44,3	25,8%
Derivados de levedura	130,2	286,1	(155,9)	-54,5%
<b>Total</b>	<b>3.608,8</b>	<b>3.276,7</b>	<b>332,1</b>	<b>10,1%</b>

##### Preço

Descritivo	25/26	24/25	Variação R\$	Variação %
Açúcar Preço (R\$/ton)	2.166,6	2.303,5	(136,9)	-5,9%
Etanol (R\$/m3)	2.865,3	2.669,6	195,7	7,3%
Energia (R\$/MWh)	242,8	200,0	42,8	21,4%
Derivados de levedura (R\$/kg)	7,0	18,5	(11,5)	-62,0%

##### Volume

Descritivo	25/26	24/25	Variação	Variação %
Açúcar (mil/tons)	721,7	650,9	70,8	10,9%
Etanol (mil/m3)	545,0	478,4	66,6	13,9%
Energia MWh	863,9	859,5	4,4	0,5%
Derivados de levedura (mil/tons)	19,5	39,3	(19,8)	-50,4%

Na Safra 25/26 a receita líquida proveniente do açúcar registrou um incremento em relação ao ano-safra anterior de R\$ 171 milhões. Essa variação está relacionada aos maiores volumes vendidos que compensou parcialmente a redução de preços médios no ano. O desempenho operacional da USB, contribuiu com receita de R\$ 231,7 milhões.

O crescimento da receita de etanol reflete a estratégia da companhia de ajuste de mix ao longo da safra, priorizando o combustível diante da volatilidade do mercado internacional de açúcar. Essa decisão permitiu capturar melhores oportunidades de preço e demanda no mercado. A USB contribuiu com R\$ 161,5 milhões.

A receita com CBIOs está sendo considerada no segmento "Etanol", no montante de R\$ 30,5 milhões referente a comercialização de 697,8 mil CBIOs (594,3 mil CBIOs Safra 24/25) ao preço médio de R\$ 43,7/CBIO (R\$ 69,1/CBIO Safra 24/25).

Já em relação a receita líquida de energia cresceu em R\$ 44,3 milhões. Essa variação foi impulsionada pela melhora do preço médio, manutenção dos volumes comercializados e maior capacidade de exportação da unidade Barra Grande, aliada a ganhos de eficiência na cogeração. A USB contribuiu em R\$ 7,6 milhões.

A linha de derivados de levedura apresenta uma redução de R\$ 155,9 milhões em razão da parceria estratégica firmada com a *Lesaffre*, conforme mencionado na introdução.

## 5. Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

Descrição	CPV - R\$ MM			
	25/26	24/25	Varição R\$	Varição %
Açúcar	1.133,7	1.065,0	68,7	6,5%
Etanol	1.393,9	1.200,2	193,7	16,1%
Energia	105,8	71,5	34,3	48,0%
Derivados de levedura	98,0	215,4	(117,4)	-54,5%
Ativo biológico	80,9	56,4	24,5	43,6%
<b>Total</b>	<b>2.812,3</b>	<b>2.608,5</b>	<b>203,8</b>	<b>7,8%</b>

Na Safra 25/26 o custo total atingiu R\$ 2.812,3 milhões, aumento de 7,8% ante a Safra anterior. Se excluirmos os efeitos contábeis da variação no valor justo do Ativo Biológico, os custos da Safra 25/26 ficariam em R\$ 2.731,3 milhões, 7,0% superior a Safra 24/25.

## 6. Despesas de Vendas, Administrativas e Gerais

Descrição	Despesas - R\$ MM			
	25/26	24/25	Varição R\$	Varição %
Despesas comerciais	(48,6)	(76,7)	28,1	-36,6%
Despesas administrativas e gerais	(213,2)	(210,3)	(2,9)	1,4%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	334,4	(13,3)	347,7	n.a
Equivalência	87,3	48,2	39,1	81,2%
<b>Total</b>	<b>159,9</b>	<b>(252,1)</b>	<b>412,0</b>	<b>-163,4%</b>

As despesas comerciais na Safra 25/26 totalizaram R\$ 48,6 milhões representando uma variação de R\$ 28,1 milhões em comparação com a Safra anterior. Essa redução reflete principalmente ao carve-out da Biorigin, que não engloba mais despesas do segmento *Food*, com destaque para a diminuição nas despesas com frete R\$ 11,3 milhões, pessoal R\$ 5,1 milhões e armazenagem R\$ 2,6 milhões.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 213,2 milhões na Safra 25/26, um aumento de 1,4% em relação à Safra anterior. A variação se deve ao principalmente aumento nas despesas com pessoal (dissídio e reposições). Vale ressaltar que na Safra 25/26 contempla o montante de R\$ 20,7 milhões de despesas da USB ante R\$ 3,0 na Safra anterior.

Na Safra 25/26, a linha de outras receitas (despesas) registrou receita de R\$ 334,4 milhões, decorrente, principalmente, do ganho de capital associado às operações da Biorigin no total de R\$ 320,2.

O resultado de equivalência patrimonial foi impactado, pelo resultado da Cooperativa Copersucar, no montante de R\$ 75,7 milhões, além do efeito de R\$ 11,6 milhões relacionado ao investimento na Biorigin. Com a venda da participação para o *Groupe Lesaffre*, a investida Biorigin S.A. passou a ser reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

## 7. EBITDA/EBIT

O Ebitda ajustado Zilor exclui os efeitos dos ativos biológico, do CPC 06 – arrendamento mercantil, outras receitas e despesas operacionais e os efeitos da equivalência patrimonial, para o Ebit ajustado adiciona as despesas/custos tira-se o efeito da depreciação.

### Ebitda/Ebit (ajustados) - R\$ MM

Descritivo	25/26	24/25	Variação R\$	Variação %
Ebitda	2.070,7	1.406,6	664,1	47,2%
Ebitda Ajustado	1.300,3	1.054,5	245,8	23,3%
Ebit	956,5	416,1	540,4	129,9%
Ebit Ajustado	540,9	409,7	131,2	32,0%

No acumulado da Safra 25/26 o EBITDA Ajustado foi de R\$ 1,3 milhões, o que representa um aumento de 23,3% em relação ao mesmo período da Safra anterior, com margem de 36% versus 32,2% na Safra anterior. O aumento do EBITDA ajustado está relacionado aos principais fatores: i) aumento da receita, especialmente em etanol e energia; ii) maior eficiência operacional com diluição de custos fixos iii) disciplina na gestão de custos iv) ajuste do mix de vendas para o etanol, capturando melhores condições de mercado.

### Ebitda/Ebit (ajustados) - R\$ MM

Descritivo	25/26	24/25	Variação R\$	Variação %
Receita	3.608,8	3.276,7	332,1	10,1%
Custo	(2.731,3)	(2.552,1)	(179,2)	7,0%
Despesas de vendas	(48,6)	(76,7)	28,1	-36,6%
Despesas adm e Gerais	(213,2)	(210,3)	(2,9)	1,4%
Depreciação	1.114,2	990,6	123,6	12,5%
Ajuste IFRS 16	(74,8)	(27,9)	(46,9)	168,4%
Depreciação IFRS	(354,8)	(345,8)	(9,0)	2,6%
<b>Ebitda Ajustado</b>	<b>1.300,3</b>	<b>1.054,5</b>	<b>245,8</b>	<b>23,3%</b>
Depreciação	(1.114,2)	(990,6)	(123,7)	12,5%
Depreciação IFRS	354,8	345,8	9,0	2,6%
<b>Ebit Ajustado</b>	<b>540,9</b>	<b>409,7</b>	<b>131,2</b>	<b>32,0%</b>

## 8. Resultado Financeiro

### Resultado Financeiro - R\$ MM

Descritivo	25/26	24/25	Variação R\$	Variação %
Receitas financeiras	428,8	221,1	207,7	93,9%
Despesas financeiras	(896,8)	(676,6)	(220,2)	32,5%
Variações cambiais líquidas	(10,9)	20,5	(31,4)	-153,3%
<b>Total</b>	<b>(478,9)</b>	<b>(435,0)</b>	<b>(43,9)</b>	<b>10,1%</b>

Na safra 25/26, o resultado financeiro apresentou aumento negativo, influenciado pelas despesas financeiras e pelas variações cambiais. Destaque para os encargos financeiros e atualizações monetárias, com elevação de R\$ 57,2 milhões associado principalmente às debêntures e à captação via CRA, além do aumento de R\$ 26,2 milhões nas despesas financeiras relacionadas ao IFRS16. Adicionalmente, as variações cambiais tiveram impacto negativo em R\$ 31,4 milhões, decorrentes da oscilação do dólar e do euro em operações comerciais. Por outro lado, as receitas de juros sobre aplicações financeiras totalizaram R\$ 72,2 milhões, resultado dos resgates e aplicações realizados no período, parcialmente compensando esses efeitos.

## 9. Lucro do Exercício

### Lucro Líquido - R\$ MM

Descritivo	25/26	24/25	Variação R\$	Variação %
Lucro líquido do exercício	362,3	36,3	326,0	899,2%

Na safra 25/26, O Grupo Zilor registrou um aumento em seu lucro líquido, refletindo a melhora operacional, com crescimento da receita e maior eficiência na gestão de custos. O resultado também foi beneficiado pelo ganho de capital da Biorigin, registrado na linha de outras receitas, e pela consolidação da USB.

## 10. Estrutura de Capital

### Dívida Líquida - R\$ MM

Descritivo	25/26	24/25	Variação R\$	Variação %
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.983,7)	(3.851,6)	(132,1)	3,4%
Caixa e equivalentes de caixa	2.543,5	2.096,7	446,8	21,3%
<b>Total</b>	<b>(1.440,2)</b>	<b>(1.754,9)</b>	<b>314,7</b>	<b>-17,9%</b>

Na safra 25/26, a dívida líquida totalizou R\$ 1.440,2 milhões, redução de 17,9% em relação à safra anterior, enquanto o caixa e equivalentes atingiram R\$ 2.543,5 milhões, garantindo sólida posição de liquidez. O foco da Companhia é na gestão do perfil da dívida, com alongamento de prazos e manutenção de flexibilidade financeira para suportar investimentos e crescimento sustentável.

## 11. Considerações finais

A Safra 25/26, marca mais um avanço importante na trajetória de crescimento e fortalecimento da Zilor, com um desempenho de superação e um aumento expressivo de 20% na moagem. Em um cenário desafiador — com redução nos preços do açúcar, câmbio pressionado, fatores geopolíticos e condições climáticas adversas — a Companhia demonstrou, mais uma vez, a resiliência de seu modelo operacional e a consistência de sua estratégia de negócios.

Ao ingressar em sua 80ª safra neste ano, a Zilor se apresenta ainda mais sólida, com uma base operacional fortalecida e preparada para atravessar as adversidades do setor sucroenergético com disciplina e visão de longo prazo. Ao longo da safra, concluímos o movimento estratégico da venda de 70% da Biorigin para um player global estratégico, movimento que reforça nosso foco no core business do agronegócio e contribui para a criação de valor. Finalizamos o primeiro ciclo completo após a aquisição da Unidade Salto Botelho (USB), avançando com a integração de forma consistente no decorrer da safra, com captura de sinergias, qualidade dos canaviais e elevada disponibilidade de cana, superando nossas expectativas de forma positiva. Encerramos a safra com recorde histórico de moagem de 12,7 milhões de toneladas, impulsionado pelo crescimento orgânico e pela contribuição da nova unidade. Esse resultado evidencia nossa capacidade de execução e a relevância da diversificação geográfica e dos investimentos contínuos na qualidade do canavial, que permitiram entregas consistentes mesmo em condições climáticas e geopolíticas adversas, contribuindo para a superação dos resultados no período.

Ao longo dos últimos anos, construímos uma base sólida, com evolução em governança, com avanços em produtividade agrícola e eficiência industrial, fortalecimento de processos e qualidade dos ativos. Essa preparação, aliada a um time altamente capacitado e engajado, nos permitiu atravessar o período com maior previsibilidade e capacidade de resposta.

Diante de um ambiente pressionado para o açúcar, mitigamos parte dos impactos por meio de estratégias de hedge (fixação de preços futuros) e gestão ativa de portfólio, com direcionamento para o melhor balanço de mix entre açúcar e etanol e captura de oportunidades no mercado doméstico. Essa flexibilidade, somada à crescente contribuição do negócio de energia e à evolução das demais operações, reforça nossa capacidade de atravessar as adversidades dos ciclos das commodities.

Mais do que os resultados importantes, avançamos na consolidação de uma organização mais eficiente, ágil e orientada à geração de valor. Reforçamos nossos valores de disciplina financeira, eficiência operacional e cuidado com a segurança das pessoas e operações, priorizando o desenvolvimento de equipes de alta performance.

Adotamos uma atuação proativa na gestão de custos e despesas, revisando o processo orçamentário com foco em qualidade e austeridade na alocação de recursos, construído em conjunto com nossas lideranças. Evoluímos na simplificação de processos, na agilidade na tomada de decisão e no fortalecimento da atuação estratégica, como na área de suprimentos, com resultados importantes nas negociações em um cenário desafiador. Times multifuncionais têm avaliado oportunidades de ganho de escala, revisando modelos e alternativas mais eficientes ao longo de toda a cadeia, para contribuir com o processo.

Em inovação, aceleramos nossa agenda de melhoria contínua com avanços relevantes no Programa Jornada Kaizen Zilor. Impulsionados pela metodologia, os projetos desenvolvidos por nossos colaboradores geraram um impacto expressivo, traduzidos em R\$ 37 milhões de eficiência e ganhos no período, consolidando a inovação como um pilar essencial para a sustentabilidade e o desempenho da organização.

Em paralelo, o planejamento estratégico para os próximos anos foi estruturado internamente, em parceria com relevantes organizações e especialistas do setor e forte participação das equipes da Companhia, reforçando o senso de pertencimento e alinhamento entre estratégia e execução.

Esse conjunto de iniciativas está inserido em um ciclo consistente de transformação cultural e crescimento da Zilor, com foco em disciplina de custos e despesas, gestão rigorosa de recursos, cultura de dono e atuação com maior colaboração e sinergia entre as áreas. Temos avançado na construção de times de alta performance, com clara orientação para resultados e geração de valor.

Os resultados financeiros refletem esse conjunto de iniciativas. A combinação entre maior escala, melhor diluição de custos e a otimização do mix de produção resultou em expansão da receita líquida com registro de R\$ 3,6 bilhões, enquanto o EBITDA Ajustado alcançou recorde de R\$ 1,3 bilhões, com margem de 36,0%, evidenciando expansão da rentabilidade ao longo da safra.

Encerramos o período com uma posição financeira sólida, com caixa de cerca de R\$ 2,5 bilhões e alavancagem, medida pelo indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, de 1,1x, seguindo nossa trajetória de desalavancagem, condições que nos permite atravessar períodos mais desafiadores com endividamento adequado para nossa estrutura de capital e capitalizados com segurança, além de preservar a capacidade de avaliar oportunidades estratégicas. Mantivemos acesso ao mercado de capitais, com a emissão de CRA (certificado de recebível do agronegócio) e outras operações que totalizaram um alongamento na safra de cerca de R\$ 600 milhões, reforçando a liquidez e diversificando fontes de financiamento, o que amplia nossa resiliência e capacidade de sustentar o crescimento.

Seguimos evoluindo em nossa agenda ESG, que entendemos como um pilar de geração de valor e parte integrante do nosso modelo de gestão estratégica e processo decisório. Nesse contexto, destacamos a segurança como um valor inegociável para nós, priorizamos a integridade física e saúde mental dos nossos colaboradores, com várias frentes dentro do Programa Vida em Foco, com uma visão preventcionista baseada na percepção de riscos, com redução nas ocorrências do período. Adicionalmente, ações no âmbito de promoção de saúde mental, como desenvolvimento de liderança além de disponibilização de atendimentos psicológicos no ambiente de trabalho, resultou em redução de afastamentos por problemas emocionais. Por fim, olhando para frente, mantemos uma postura cautelosa. Estamos atentos a um cenário que permanece desafiador e que segue exigindo disciplina adicional, elevada capacidade de execução e foco contínuo em eficiência. Nos estruturamos nos ciclos positivos e seguimos preparados para enfrentar um ciclo mais adverso com solidez e resiliência.

Nessa safra superamos as adversidades e, a partir dos esforços das nossas equipes, entregamos números consistentes. Agradecemos nossos colaboradores por essa conquista e celebramos o resultado atingido como fruto do trabalho de um só time. Iniciamos uma safra, em que completamos 80 anos, focados em maximizar a utilização de nossos ativos, operando as unidades em sua plena capacidade e priorizando o crescimento orgânico, ao mesmo tempo em que permanecemos atentos a oportunidades de mercado que possam gerar valor, atuando com responsabilidade, eficiência e visão de longo prazo.

Seguimos construindo hoje, com solidez, sustentabilidade e perenidade os próximos 80 anos da Zilor.

Lençóis Paulista - SP, 23 de junho de 2026.

A Diretoria



Shape the future  
with confidence

Edifício Trade Tower  
Av. José de Souza Campos, 900  
1º andar - Nova Campinas  
13092-123 - Campinas - SP - Brasil  
Tel: +55 19 3322-0500  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras combinadas

Aos acionistas do Grupo Zilor

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Grupo Zilor (“Grupo”), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do acervo patrimonial líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo em 31 de março de 2026, o desempenho combinado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa combinados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis e a correspondente base de preparação das demonstrações financeiras combinadas de propósito especial descritas nas notas explicativas 2 e 3.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas”. Somos independentes em relação ao Grupo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

*Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras combinadas e restrição sobre distribuição ou uso*

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 2.1 e 2.2 às demonstrações financeiras, que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras combinadas. As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas com o propósito de permitir aos acionistas, diretores, instituições financeiras e possíveis investidores do Grupo Zilor avaliar a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo em 31 de março de 2026, e o desempenho combinado de suas operações para o exercício findo nesta data. Nosso relatório destina-se, exclusivamente, para utilização e informação dos acionistas, diretores, instituições financeiras e possíveis investidores do Grupo Zilor, e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes além dos acionistas, diretores, instituições financeiras e possíveis investidores do Grupo Zilor. Consequentemente, as demonstrações financeiras combinadas podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



**Shape the future  
with confidence**

### *Reapresentação dos valores correspondentes*

Conforme mencionado na nota explicativa 4 às demonstrações financeiras combinadas, em decorrência da alienação de controle de investida, tendo em vista requerimento das políticas contábeis adotadas pelo Grupo em 2026 e 2025, os valores correspondentes referentes ao período anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração combinada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de março de 2026, elaborada sob responsabilidade da diretoria do Grupo, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas do Grupo. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração combinada do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas e o relatório do auditor**

A diretoria do Grupo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



**Shape the future  
with confidence**

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas e a correspondente base de preparação das demonstrações financeiras combinadas de propósito especial descritas na nota explicativa 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Grupo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Grupo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future  
with confidence**

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 23 de junho de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP-027623/F

*Marcos Roberto Sponchiado*  
Marcos Roberto Sponchiado  
Contador CRC SP-175536/O

Ativo	Nota	31/03/2026	31/03/2025	Passivo e acervo líquido	Nota	31/03/2026	31/03/2025
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.543.467	2.096.726	Fornecedores	21	246.897	339.794
Clientes	8	37.127	144.289	Instrumentos financeiros derivativos	7	9.134	32.916
Instrumentos financeiros derivativos	7	49.526	6.075	Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	1.028.869	427.013
Contas a receber - Cooperativa	9	43.959	69.727	Passivo de arrendamento	19	257.959	284.088
Dividendos a receber		719	458	Impostos a recolher		4.020	56.517
Estoques	10	203.641	394.957	Tributos parcelados		648	1.146
Ativos biológicos	11	215.400	266.686	Salários e contribuições sociais	24	112.540	125.714
Impostos a recuperar	13	74.671	67.813	Dividendos e juros sobre capital próprio	16	107.653	90.995
Imposto de renda e contribuição social	15	78.636	91.799	Outros passivos	25	36.358	122.820
Adiantamentos	14	66.322	52.790				
Outros ativos		9.989	12.920				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>3.323.457</b>	<b>3.204.240</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.804.078</b>	<b>1.481.003</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	2.954.867	3.424.613
Aplicações financeiras	6	11.448	35.705	Passivo de arrendamento	19	1.588.465	1.697.593
Clientes	8	4.550	5.115	Tributos parcelados		1.041	1.764
Partes relacionadas	16	1.129	636	Obrigações com a Cooperativa	23	136.531	140.359
Depósitos judiciais	12	799.818	804.056	Dividendos e juros sobre capital próprio	16	120.000	11.014
Impostos a recuperar	13	30.971	47.279	Provisões para contingências	26	831.246	837.919
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	183.801	154.709
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>847.916</b>	<b>892.791</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>5.815.951</b>	<b>6.267.971</b>
Investimento	17	503.459	246.250	<b>Total do passivo</b>		<b>7.620.029</b>	<b>7.748.974</b>
Outros investimentos		18.133	18.403				
Imobilizado	18	3.285.335	3.474.056	Acervo líquido		2.304.772	2.219.834
Direito de uso	19	1.795.908	1.932.564				
Intangível	20	328.468	363.331	<b>Total do acervo líquido atribuível aos acionistas controladores</b>		<b>2.304.772</b>	<b>2.219.834</b>
				Participação de não controladores		177.875	162.827
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>6.779.219</b>	<b>6.927.395</b>	<b>Total do acervo líquido</b>		<b>2.482.647</b>	<b>2.382.661</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>10.102.676</b>	<b>10.131.635</b>	<b>Total do passivo e do acervo líquido</b>		<b>10.102.676</b>	<b>10.131.635</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras combinadas.



	Nota	31/03/2026	31/03/2025 Reapresentado (i)
Receita operacional líquida	28	3.608.764	3.276.688
Variação no valor justo do ativo biológico	29	(80.942)	(56.370)
Custos dos produtos vendidos	29	(2.731.325)	(2.552.191)
<b>Lucro bruto</b>		<b>796.497</b>	<b>668.127</b>
Despesas de vendas	29	(48.602)	(76.656)
Despesas administrativas e gerais	29	(213.188)	(210.321)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	30	334.374	(13.325)
<b>Resultado antes das receitas financeiras líquidas, participação nos resultados de empresas investidas e impostos</b>		<b>869.081</b>	<b>367.825</b>
Receitas financeiras	31	428.758	221.086
Despesas financeiras	32	(896.787)	(676.603)
Variações cambiais líquidas	33	(10.909)	20.455
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(478.938)</b>	<b>(435.062)</b>
Participação nos resultados de empresas investidas	17	87.305	48.189
<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos</b>		<b>477.448</b>	<b>(19.048)</b>
Imposto de renda e contribuição corrente	15	(97.855)	(57.804)
Imposto de renda e contribuição diferido	15	(15.198)	99.487
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>		<b>364.395</b>	<b>22.635</b>
<b>Resultado líquido das operações descontinuadas</b>	39	<b>(2.102)</b>	<b>13.623</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>362.293</b>	<b>36.258</b>
<b>Resultado atribuído aos:</b>			
Acionistas controladores		347.245	26.521
Acionistas não controladores		15.048	9.737
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>362.293</b>	<b>36.258</b>

(i) Reapresentado conforme requerido pelo CPC 31 em função das operações descontinuadas, conforme nota explicativa 39.

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras combinadas.



	31/03/2026	31/03/2025
		Reapresentado (i)
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>	<b>364.395</b>	<b>22.635</b>
<b>Resultado líquido das operações descontinuadas</b>	<b>(2.102)</b>	<b>13.623</b>
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		
Variação cambial de investidas no exterior	1.425	9.591
Reciclagem de reserva de variação cambial de entidade alienada	(19.746)	-
Ajustes de avaliação patrimonial em investida - reflexo	4.981	(24.481)
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	12.654	(9.687)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>361.607</b>	<b>11.681</b>

(i) Reapresentado conforme requerido pelo CPC 31 em função das operações descontinuadas, conforme nota explicativa 39.

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras combinadas.



	Acervo Líquido		Total
	Participação atribuível aos controladores	Participação de não controladores	
<b>Saldos em 1º de abril de 2024</b>	<b>2.263.480</b>	<b>153.090</b>	<b>2.416.570</b>
Variação cambial de investidas no exterior	9.591	-	9.591
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	(24.481)	-	(24.481)
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como hedge accounting	(9.687)	-	(9.687)
Resultado do exercício	26.521	9.737	36.258
Juros sobre o capital próprio	(33.000)	-	(33.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	(12.590)	-	(12.590)
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b>2.219.834</b>	<b>162.827</b>	<b>2.382.661</b>
<b>Saldos em 1º de abril de 2025</b>	<b>2.219.834</b>	<b>162.827</b>	<b>2.382.661</b>
Variação cambial de investidas no exterior	1.425	-	1.425
Reciclagem de reserva de variação cambial de entidade alienada (i)	(19.746)	-	(19.746)
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	4.981	-	4.981
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	12.654	-	12.654
Resultado do exercício	347.245	15.048	362.293
Juros sobre o capital próprio	(33.000)	-	(33.000)
Dividendos distribuídos	(180.294)	-	(180.294)
Dividendos mínimos obrigatórios	(48.327)	-	(48.327)
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>2.304.772</b>	<b>177.875</b>	<b>2.482.647</b>

(i) Refere-se ao saldo da reserva de variação cambial, registrada em ajuste de avaliação patrimonial, que com alienação do investimento da entidade *Bio Europe*, foi alocado ao resultado do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras combinadas.



	Nota	31/03/2026	31/03/2025 Reapresentado (i)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos operações continuadas</b>		<b>477.448</b>	<b>(19.048)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos operações descontinuadas</b>		<b>(2.102)</b>	<b>13.623</b>
<b>Ajustes de:</b>			
Depreciação e amortizações		701.919	640.586
Depreciação da planta portadora	18	200.439	173.327
Consumo do ativo biológico	11	211.826	176.661
Varição no valor justo do ativo biológico	11	80.942	56.370
Amortização de mais valia		17.943	-
Resultado líquido de provisões e baixa de ativos imobilizados	18	1.966	8.804
Participação nos resultados de empresas investidas	17	(83.720)	(48.189)
Perdas em investimentos		7.884	18.526
Ganho na alienação de investimento	30	(293.497)	-
Ganho na avaliação de investimento a valor justo	17	(26.608)	-
Reciclagem de reserva de variação cambial de investimento alienado		(19.764)	-
Resultado com derivativos	7	(40.392)	26.841
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>		12.654	(9.687)
Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques	10	(41.346)	(8.640)
Variações cambiais imobilizados e intangíveis		862	(1.344)
Juros e variações consecana com direito de uso	19	140.107	123.022
Apropriação de encargos financeiros		478.408	461.351
Constituição de provisões para contingências, líquidas	26	1.594	7.452
Variações monetárias de contingências	26	2.965	3.579
Investimento não controladas		1.714	8.466
<b>Variações em:</b>			
Clientes e outras contas a receber	8	31.521	(36.992)
Instrumentos financeiros derivativos	7	(26.841)	2.191
Contas a receber - Cooperativa		25.768	(17.114)
Estoques	10	79.359	164.510
Adiantamentos a fornecedores	14	(13.532)	416
Impostos a recuperar	13	(425)	1.935
Imposto de renda e contribuição social		21.550	(76.750)
Outros ativos		2.931	(4.868)
Depósitos judiciais	12	4.238	(180.017)
Reversão de provisão para contingências, liquidações	26	(11.232)	(10.714)
Fornecedores	21	(80.694)	(48.667)
Impostos e contribuições a recolher		(52.497)	52.070
Tributos parcelados		(915)	(7.002)
Salários e contribuições sociais	24	3.726	9.823
Outros passivos	25	(19.962)	26.789
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>1.794.237</b>	<b>1.507.310</b>
Juros pagos		(306)	(6.338)
Juros pagos em empréstimos e financiamentos	22	(375.377)	(328.266)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(86.462)	(56.183)
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>1.332.092</b>	<b>1.116.523</b>



	Nota	31/03/2026	31/03/2025
			Reapresentado (i)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Dividendos recebidos da investida		37.897	27.222
Aumento de capital social em investimento	17	(139.530)	-
Recebimento pela venda de participação em investimento, líquido de caixa dispendido		618.200	-
Aplicação financeira		24.282	38.129
Rendimento/Aquisição de cota "FIDC"		(25)	14.189
Aquisições de negócios, líquidos de caixa adquirido	37	-	(295.138)
Escrow - Retenções em garantia		-	(18.461)
Adições com plantio e tratos culturais		(529.507)	(423.003)
Aquisição de ativo imobilizado		(336.074)	(346.790)
Aquisição de ativo intangível		-	(2.103)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>		<b>(324.757)</b>	<b>(1.005.955)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Variação de partes relacionadas	16	(493)	303
Pagamento de arrendamentos	19	(492.515)	(441.880)
Variação de obrigações com a Cooperativa e arrendamento mercantil		(3.828)	(17.806)
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	22	1.299.800	2.126.306
Empréstimos e financiamentos bancários pagos	22	(1.227.580)	(2.024.517)
Empréstimos e financiamento - "FIDC"		-	57.794
Dividendos pagos	16	(73.239)	(33.572)
Juros sobre o capital próprio	16	(62.739)	(95.579)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(560.594)</b>	<b>(428.951)</b>
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa líquido		446.741	(318.383)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	5	<b>2.096.726</b>	<b>2.415.109</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	5	<b>2.543.467</b>	<b>2.096.726</b>

(i) Reapresentado conforme requerido pelo CPC 31 em função das operações descontinuadas, conforme nota explicativa 39.

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras combinadas.



	31/03/2026	31/03/2025 Reapresentado (i)
<b>Receitas</b>	<b>4.637.261</b>	<b>4.218.643</b>
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços prestados	3.991.417	3.587.662
Receitas referentes a construção de ativos próprios	645.844	630.981
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(2.366.684)</b>	<b>(2.311.385)</b>
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(1.708.494)	(1.501.804)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(657.784)	(803.304)
Perda/recuperação de valores ativos	(406)	(6.277)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>2.270.577</b>	<b>1.907.258</b>
Depreciação e amortização	(701.919)	(640.586)
Ativos biológicos colhidos	(80.942)	(56.370)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>1.487.716</b>	<b>1.210.302</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>869.309</b>	<b>284.160</b>
Resultado de equivalência patrimonial	87.305	48.189
Receitas financeiras	428.758	221.086
Outras	353.246	14.885
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>2.357.025</b>	<b>1.494.462</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>	<b>534.632</b>	<b>485.455</b>
Remuneração direta	334.697	279.785
Benefícios	173.776	182.539
FGTS	26.159	23.131
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>526.045</b>	<b>292.686</b>
Federais	347.392	141.091
Estaduais	178.653	151.595
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>931.953</b>	<b>693.686</b>
Juros	896.787	676.598
Aluguéis	4.359	6.113
Variações cambiais	10.909	(20.455)
Outros	19.898	31.430
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>364.395</b>	<b>22.635</b>
Dividendos	48.327	-
Juros sobre o capital próprio	33.000	12.590
Lucros retidos do exercício	270.122	15.491
Participação dos não controladores nos lucros retidos	15.048	(19.069)
Resultado Líquido das operações descontinuadas	(2.102)	13.623
<b>Valor adicionado distribuído e retido</b>	<b>2.357.025</b>	<b>1.494.462</b>

(i) Reapresentado conforme requerido pelo CPC 31 em função das operações descontinuadas, conforme nota explicativa 39.

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras combinado.



## 1. Contexto operacional

As atividades do Grupo Zilor (“Zilor”), o qual inclui a Açucareira Quatá S.A. (“Companhia”, ou “AQ”) e suas controladas e a Companhia Agrícola Quatá (“CAQ”), compreendem, substancialmente, as seguintes operações e entidades:

- A Açucareira Quatá S.A. (“AQ”) é cooperada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (“Cooperativa”), desde a sua fundação no ano de 1959, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, nos mercados interno e externo, é rateado para cada cooperado, conforme as regras legais definidas pelo Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986 (PN 66).
- Compreendem o objeto operacional da AQ a cogeração de energia elétrica utilizada para o consumo interno e para a comercialização com terceiros, a Companhia também possui no seu objeto social a possibilidade de participar no capital de outras empresas.
- Adicionalmente, a AQ atua na produção de derivados de levedura para comercialização independente da Copersucar, substancialmente, no mercado externo.
- A Companhia Agrícola Quatá (“CAQ”) é uma sociedade anônima de capital fechado localizada em Lençóis Paulista - SP. Que explora suas terras próprias de maneira passiva, mediante cessão do seu uso para serem exploradas por parceiro produtor através do contrato de parceria agrícola, o que tornaria sua operação mais simples e menos onerosa.

### Aquisição da Usina de Salto Botelho Agroenergia (“USB”)

Em 29 de novembro de 2024, o Grupo concluiu a aquisição de 100% do capital social da Salto Botelho Agroenergia S.A. (USB). A transação que havia sido anunciada em 17 de outubro de 2024, foi finalizada a conclusão das condições precedentes, as quais incluía a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e publicada no Diário Oficial da União em 26 de novembro de 2024. A contraprestação da transação totalizou R\$ 324.307 após os ajustes previstos no contrato de compra. A aquisição visa ampliar a produção de açúcar, etanol e energia elétrica do Grupo. Com a aquisição, o Grupo passa a ter quatro unidades agroindustriais em São Paulo, aumentando sua capacidade de moagem em 15%, totalizando 13,8 milhões de toneladas, e posicionando-se entre os 10 maiores produtores de cana-de-açúcar do Brasil. Os detalhes desta combinação de negócios estão descritos na nota explicativa 37.

### Parceria estratégica

Em 3 de outubro de 2024, o Grupo anunciou a assinatura do contrato de intensão de venda do controle da unidade de produção de biotecnologia, Biorigin ao *Groupe Lesaffre S.A. (“Lesaffre”)*, um importante player global no setor de leveduras, fermentação e ingredientes à base de levedura. A transação envolveu a segregação das operações desta unidade de negócio localizada em Quatá/SP em uma nova subsidiária, Biorigin S.A. (“Biorigin”) como divulgado na nota 2.2 e 17, com a venda de 70% dessa nova entidade para a *Lesaffre*. O Grupo permanecerá como acionista, detendo 30% do capital social da BISA. Em maio de 2025, o Grupo concluiu a venda por meio de contrato firmado com o *Groupe Lesaffre S.A.* Os detalhes da operação estão descritos na nota 39.



## **2. Políticas contábeis materiais**

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos e ativo biológico que foram mensurados pelo valor justo. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Zilor, estão apresentados na nota explicativa 2.

A emissão das demonstrações financeiras combinadas foi autorizada pela Administração em 23 de junho de 2026.

### **2.2. Base de combinação**

Demonstrações financeiras combinadas são um único conjunto de demonstrações financeiras combinadas de duas ou mais entidades que estão sob controle comum. A Zilor utilizou a definição de controle do Pronunciamento Técnico CPC 44 (R3) - Demonstrações Combinadas em consonância ao CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, quando da avaliação da existência de controle comum e quanto ao procedimento de combinação, e considerou, entre outros procedimentos:

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na elaboração das demonstrações financeiras combinadas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.2. Base de combinação--Continuação

- As práticas contábeis são uniformes para todas as entidades combinadas; e
- As transações entre as companhias combinadas são eliminadas

As demonstrações financeiras combinadas da Zilor estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades da Zilor, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Portanto, estas demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras combinadas de uma entidade e não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtido se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período futuro.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras combinadas da Zilor os seguintes procedimentos foram observados:

#### *Avaliação de combinação e entidades consideradas na combinação*

As entidades sujeitas à combinação estiveram sob controle comum durante todo o exercício, coberto pelas demonstrações financeiras combinadas, cuja avaliação foi baseada na definição de Controle do Pronunciamento Técnico CPC 44 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

	Atividade operacional	Empresas combinadas			
		31/03/2026		31/03/2025	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
	Fabricação e comércio de açúcar, etanol e derivados da cana-de-açúcar	100%	-	100%	-
<b>AQ e Controladas</b>					
Biorigin Europe N.V.	Revenda levedura	-	-	-	100%
Biorigin USA, LLC	Holding	-	100%	-	100%
PTX Food Corp.	Revenda levedura	-	100%	-	100%
TPZB Realty, LLC	Imóvel	-	100%	-	100%
Usina de Salto Botelho Agroenergia (USB)	Sucroenergético	-	100%	-	100%
União São Paulo S.A. Agric. Ind. E Comércio	Administrativo	-	46%	-	46%
Biorigin S.A.	Holding	-	-	-	100%
<b>CAQ</b>	Arrendamentos de terras	100%	-	100%	-

Em decorrência da parceira estratégica da Biorigin ao Grupo *Lesaffre*, as empresas Biorigin *Europe N.V.* e Biorigin S.A., não integram mais as demonstrações financeiras combinadas do Grupo. O investimento da Biorigin S.A passou a ser registrado como investimento em coligada. Até 31 de março de 2025, as empresas Biorigin *Europe* e Biorigin S.A integravam normalmente as Demonstrações Financeiras combinadas da Companhia.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.2. Base de combinação--Continuação

Abaixo são apresentados os dados das companhias combinadas relativos aos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 e os respectivos saldos combinados:

	Total do ativo		Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		Lucro (prejuízo) líquido do exercício		Total resultado abrangente	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
AQ e Controladas	9.932.572	9.849.315	1.632.693	1.571.743	280.382	(25.947)	279.696	(50.524)
CAQ	967.083	941.589	646.107	630.813	73.217	65.222	73.217	65.222
	<b>10.899.655</b>	<b>10.790.904</b>	<b>2.278.800</b>	<b>2.202.556</b>	<b>353.599</b>	<b>39.275</b>	<b>352.913</b>	<b>14.698</b>
Eliminações intragrupo	(796.979)	(659.269)	25.972	17.278	8.694	(3.017)	8.694	(3.017)
<b>Combinado</b>	<b>10.102.676</b>	<b>10.131.635</b>	<b>2.304.772</b>	<b>2.219.834</b>	<b>362.293</b>	<b>36.258</b>	<b>361.607</b>	<b>11.681</b>

#### Controlada

Nas demonstrações financeiras combinadas as informações financeiras de coligada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. A coligada é aquela entidade na qual a Zilor, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais.

O investimento da Zilor em entidade contabilizado pelo método da equivalência patrimonial compreende sua participação em coligada.

O investimento foi reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Zilor no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixe de existir.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.3. Combinações de negócios e ágio

O grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos assumidos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo grupo. A contraprestação transferida inclui o valor líquido de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores líquidos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor líquido na data da aquisição de qualquer participação patrimonial adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*).

O ágio é a diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, avaliados pela expectativa de recuperabilidade futura (*goodwill*). O ágio de aquisições de controladas é divulgado nas rubricas “Investimentos” e “Intangível”, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente.

Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do grupo que se espera que sejam beneficiadas pela combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

O ágio resultante de uma combinação de negócios é reconhecido a conta de investimentos nas demonstrações financeiras da controladora e no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

### 2.4. Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como, por exemplo, ativo biológico) ao valor justo em cada data de fechamento.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.4. Mensuração do valor justo--Continuação

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo em uma combinação de negócios.

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pela administração, após discussão com o Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos (“CFAR”) respectiva aprovação dele recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas.

Em cada data de reporte, a administração analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis do Grupo. Para fins dessa análise, a administração confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.4. Mensuração do valor justo--Continuação

Em caráter interino, a administração do grupo apresenta os resultados da avaliação ao CFAR e aos auditores independentes do Grupo, bem como uma discussão sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Para fins de divulgações do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

### 2.5. Receita de contrato com cliente

O Grupo reconhece a receita quando seu valor possa ser mensurado com segurança, sendo provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo. O Grupo baseia-se suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda:

As divulgações de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas relacionadas à receita de contrato com cliente são apresentadas na Nota 3.

#### *Venda de produtos - açúcar e etanol*

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção do Grupo em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no PN 66.

As vendas desses produtos são reconhecidas no momento da entrega dos produtos ao cliente. Para o reconhecimento da receita, o grupo adere à estrutura conceitual da norma, que inclui a identificação das obrigações de desempenho, a definição do preço da transação e a alocação do preço da transação.

#### *Venda de produtos - derivados de levedura, energia elétrica e outros*

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transferem cumprem com a obrigação de desempenho.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.6. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, determinado no seu reconhecimento inicial e na data base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo do ativo biológico, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com plantio e tratos culturais do ativo biológico até o momento da avaliação, deduzidas as eventuais variações acumuladas do valor justo de exercícios anteriores, sendo registrado na rubrica "Variação no Valor Justo do Ativo Biológico", deduzidos dos custos de vendas, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado

### 2.7. Tributos

#### *Imposto de renda e contribuição social - corrente*

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que o Grupo opera e gera lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis; ou
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.7. Tributos--Continuação

#### *Tributos diferidos*

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis; ou
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, o Grupo confia em premissas de projeções usadas nas demonstrações financeiras e em outros relatórios da administração, que, entre outras coisas, refletem o impacto potencial de assuntos relacionados ao clima nos negócios, como o aumento do custo de produção como um resultado das medidas de redução da emissão de gás carbônico.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.7. Tributos—Continuação

#### *Tributos diferidos--Continuação*

O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

### 2.8. Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

O Grupo classifica ativos como não circulantes mantidos para venda quando se espera que sua recuperação ocorra, predominantemente, por meio de venda, e não pelo uso contínuo. Esses ativos são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda correspondem aos custos incrementais diretamente atribuíveis à transação, excluindo-se encargos financeiros e tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado do Grupo está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.8. Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas—Continuação

Os fluxos de caixa de operações descontinuadas são incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa e divulgados separadamente na Nota 4. O Grupo inclui os recursos provenientes da alienação nos fluxos de caixa de operações descontinuadas.

Divulgações adicionais são apresentadas na Nota 39. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

### 2.9. Distribuição de lucros

O Grupo reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da administração, ou quando há previsão por lei. De acordo com a legislação societária vigente, a distribuição é considerada autorizada quando aprovada pelos membros da governança, sendo o respectivo montante reconhecido diretamente no patrimônio líquido. A legislação societária também estabelece a obrigatoriedade do pagamento de um dividendo mínimo, após os ajustes ao lucro do exercício e a destinação das reservas previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.10. Imobilizado

Os ativos imobilizados são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, o Grupo as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme divulgado na Nota 18.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.11. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando ocorre sua alienação (ou seja, na data em que o adquirente obtém o controle do ativo correspondente) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros decorrentes de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

#### *Patentes e licenças*

O Grupo realizou pagamentos antecipados para adquirir patentes e licenças. As patentes foram concedidas para um período de dez anos pela agência governamental competente, com a opção de renovação no fim do referido período. Licenças para o uso de propriedade intelectual são concedidas por períodos de cinco e dez anos, dependendo da licença específica. As licenças preveem a opção de renovação quando o Grupo cumprir as condições da licença, por um custo baixo ou mesmo sem ônus para o Grupo (para mais detalhes, vide Nota 20). Assim, essas licenças são consideradas como de vida útil indefinida.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.10. Ativos intangíveis—Continuação

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis do Grupo:

	Licenças	Patentes	Desenvolvimento de produtos	Ágio	Ativo de contratos
<b>Vida útil</b>	Indefinida	Indefinida	Definida (1 a 5 anos)	Indefinida	Definida
<b>Método de amortização utilizado</b>	Não amortizada	Não amortizada	Amortizados ao longo do período de vendas futuras esperadas do correspondente projeto de forma linear	Não amortizada	Definida (8 meses)
<b>Gerados internamente ou adquiridos</b>	Adquiridos	Adquiridos	Gerados internamente	Adquiridos	Adquiridos

### 2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

#### 2.12.1 Ativos financeiros

##### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente —Continuação

#### 2.12.1 Ativos financeiros—Continuação

##### *Reconhecimento inicial e mensuração—Continuação*

O modelo de negócios define como o Grupo gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa, seja por meio do recebimento contratual, da venda dos ativos ou de ambos. Ativos ao custo amortizado são mantidos para recebimento de fluxos contratuais, enquanto ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes visam tanto ao recebimento quanto à venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

##### *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

#### 2.12.2 Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e empréstimos a diretores, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes (vide Nota 7).



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente —Continuação

#### 2.12.3 Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida do Grupo ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem investimentos em instrumentos de dívida cotados incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

#### 2.12.4 Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando o Grupo se beneficia desses proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

O Grupo optou por classificar irrevogavelmente seus investimentos patrimoniais não registrados em bolsa nesta categoria.

#### 2.12.5 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente —Continuação

#### 2.12.5 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado—Continuação

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais o Grupo não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e os riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

#### *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente —Continuação

#### 2.12.5 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado—Continuação

##### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Divulgações para premissas significativas - Nota 3;
- Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Nota 27; e
- Contas a receber de clientes - Nota 8.

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Para instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o Grupo aplica a simplificação do baixo risco de crédito permitida. Em cada data de reporte, o Grupo avalia se o instrumento de dívida é considerado como de baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e passíveis de fundamentação que estejam disponíveis. Ao fazer tal avaliação, o Grupo reavalia a classificação de risco de crédito interna do instrumento da dívida. Além disso, o Grupo considera que houve um aumento significativo no risco de crédito quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente —Continuação

#### 2.12.5 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado—Continuação

##### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros—Continuação*

Os instrumentos de dívida do Grupo ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são compostos exclusivamente de títulos cotados na categoria de investimento superior (Muito bom e Bom) pela Agência Modelo de Classificação de Risco de Crédito e, portanto, são considerados investimentos de baixo risco de crédito. Constitui política do Grupo mensurar as perdas de crédito esperadas sobre esses instrumentos em uma base de 12 meses. No entanto, quando houver um aumento significativo no risco de crédito desde a originação, a provisão será baseada na perda de crédito esperada vitalícia. O Grupo utiliza as classificações (*ratings*) da Agência Modelo de Classificação de Risco de Crédito para determinar se o instrumento da dívida aumentou significativamente em termos de risco de crédito e para estimar as perdas de crédito esperadas.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

#### 2.12.6 Passivos financeiros

##### *Reconhecimento inicial, mensuração e apresentação*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente —Continuação

#### 2.12.6 Passivos financeiros—Continuação

##### *Reconhecimento inicial, mensuração e apresentação—Continuação*

O Grupo classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, *forfait* etc.) com fornecedores em Fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal do Grupo, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial combinado são incluídos nas atividades operacionais no balanço patrimonial combinado.

##### *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

#### 2.12.7 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.



## **2. Políticas contábeis materiais—Continuação**

### **2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente** —Continuação

#### **2.12.8 Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)**

Esta é a categoria mais relevante para O Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 22.

#### **2.12.9 Desreconhecimento**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

#### **2.12.10 Compensação de instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial combinado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.13. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

#### 2.13.1 Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, *swaps* de taxa de juros e contratos a termo de *commodities*, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e riscos de preço de *commodities*, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Para fins de contabilidade de *hedge*, os referidos instrumentos de proteção são classificados como:

- *Hedges* de valor justo, quando destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme não reconhecido;
- *Hedges* de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de moeda estrangeira em um compromisso firme não reconhecido; ou
- *Hedges* de um investimento líquido em uma operação no exterior.

No início de um relacionamento de *hedge*, o Grupo formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.13. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*—Continuação

#### 2.13.1 Reconhecimento inicial e mensuração subsequente—Continuação

- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a Entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo:

#### *Hedges de valor justo*

A mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

#### *Hedges de fluxo de caixa*

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. A reserva de *hedge* de fluxo de caixa é ajustada ao menor valor entre o ganho ou a perda acumulada no instrumento de *hedge* e a mudança acumulada no valor justo do item objeto de *hedge*.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.13. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*—Continuação

#### 2.13.1 Reconhecimento inicial e mensuração subsequente—Continuação

##### *Hedges de fluxo de caixa--Continuação*

O Grupo utiliza contratos futuros de moedas como *hedge* de sua exposição ao risco de moeda estrangeira em transações previstas e compromissos firmes, bem como contratos futuros de *commodities* para sua exposição à volatilidade nos preços de *commodities*. A parcela ineficaz referente a contratos em moeda estrangeira é reconhecida como outras despesas, e a parte ineficaz relativa a contratos de *commodities* é reconhecida em outras despesas operacionais. Vide Nota 27 para mais detalhes.

O Grupo designa exclusivamente o elemento à vista de contratos a termo como instrumento de *hedge*. O elemento a termo é reconhecido em outros resultados abrangentes.

Os montantes acumulados em outros resultados abrangentes são contabilizados, dependendo da natureza da transação subjacente do objeto de *hedge*. Se a transação objeto de *hedge* subsequentemente resultar no reconhecimento de um item não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é retirado do componente separado do patrimônio líquido e incluído no custo inicial ou em outro valor contábil do ativo ou passivo protegido. Não se trata de um ajuste de reclassificação e não será reconhecido em outros resultados abrangentes para o período. Isso também se aplica quando a transação prevista protegida por *hedge* de um ativo não financeiro ou passivo não financeiro torna-se subsequentemente um compromisso firme para o qual é aplicada a contabilização de *hedge* de valor justo.

Para quaisquer outros *hedges* de fluxo de caixa, o montante acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.14. Estoques

Os estoques correspondem ao custo de produção e de aquisição de insumos, materiais de manutenção e de uso e consumo e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de execução e as despesas de venda. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

### 2.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto os indicados nesta Nota) estão disponíveis nas notas explicativas abaixo:

- Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Nota 3;
- Imobilizado - Nota 18;
- Ativos intangíveis - Nota 20.

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros—Continuação

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

O Grupo avalia se os riscos climáticos, incluindo riscos físicos e riscos de transição, poderiam ter um impacto significativo. Caso afirmativo, esses riscos são incluídos nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os montantes de valor em uso. Para uma discussão mais detalhada sobre o impacto dos riscos relacionados ao clima no valor em uso.

### 2.16. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que essas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Entidade.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.17. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

#### *Provisões para contingências*

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 2.18. Benefícios a empregados

#### *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### 2.19. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras combinadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade do Grupo determina sua própria moeda funcional, e, naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data de reporte.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.19. Conversão de moeda estrangeira—Continuação

#### *Transações e saldos*

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido. Essas diferenças são reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial sobre esses itens monetários são também reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Itens não monetários mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Itens não monetários mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado. Os ganhos ou perdas resultantes da conversão de itens não monetários mensurados ao valor justo são tratados de acordo com o reconhecimento aplicável ao ganho ou perda sobre a variação do valor justo do item (ou seja, diferenças de conversão para itens cujo ganho ou perda de valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício, respectivamente).

Na determinação da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do respectivo ativo, despesa ou receita (ou parte dele) relacionada a pagamento ou recebimento antecipado, a data da transação é a data em que o Grupo reconhece inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do pagamento ou do recebimento antecipado. Quando há vários pagamentos ou recebimentos antecipados, o Grupo determina a data da transação para cada pagamento ou recebimento da contraprestação antecipada.

#### *Empresas do Grupo*

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrência das transações, assim como as demonstrações dos fluxos de caixa. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa de entidade no exterior, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes, é reclassificado para o resultado.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.20. Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

#### *O Grupo como arrendatária*

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

#### *Ativos de direito de uso*

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

#### *Passivos de arrendamento*

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.20. Arrendamentos—Continuação

#### *Passivos de arrendamento--continuação*

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de CDI na data de término do contrato porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

#### *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

### 2.21. Lucro por ação (LPA)

O LPA básico é calculado dividindo o lucro do ano atribuível aos detentores de capital ordinário (titulares de ações ordinárias) da controladora pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o ano.

O LPA diluído é calculado dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital ordinário da controladora (após o ajuste para juros sobre as ações preferenciais conversíveis) pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o ano mais a média ponderada do número de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais delitivas em ações ordinárias.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.22. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As normas e interpretações novas e revisadas até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

#### 2.22.1 Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

#### 2.22.2 Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado. Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.23. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### 2.23.1 IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congnaçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.23. Normas emitidas, mas ainda não vigentes—Continuação

#### 2.23.2 IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para aplicação do IFRS 19.

#### 2.23.3 Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7

##### Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.23. Normas emitidas, mas ainda não vigentes—Continuação

#### 2.23.3 Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7—Continuação

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

O Grupo não espera que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

#### Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não rerepresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

O Grupo não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.



### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras combinadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### 3.1. Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras combinadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas combinados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### 3.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativa com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

##### *Nota Explicativa nº 11: Ativos biológicos*

O valor justo do ativo biológico do Grupo representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para este ativo, que é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados.

##### *Nota Explicativa nº 15: Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.



### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas—Continuação

#### 3.2. Incertezas sobre premissas e estimativas—Continuação

##### *Nota Explicativa nº 18: Revisão da vida útil do imobilizado*

Para os ativos com vida útil definida é revisada no fechamento de cada exercício social a vida útil econômica remanescente do ativo. Já para os ativos com vida útil econômica indefinida é realizado no fechamento do exercício social o teste de recuperabilidade de ativos e as perdas por teste de recuperabilidade são reconhecidas se, e somente se, o valor recuperável do ativo for menor do que o valor contábil.

##### *Nota Explicativa nº 19: Taxa de desconto para direito de uso*

Para cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento foi utilizada uma projeção de CDI Futuro baseada na vida útil dos contratos de terras vigentes.

##### *Nota Explicativa nº 20: Intangível*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

##### *Nota Explicativa nº 26: Provisões*

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos.



#### 4. Reapresentação de valores correspondentes

Com a conclusão da transação de venda da Biorigin S.A., conforme mencionado na Nota 39, estão sendo reapresentados, em decorrência da operação descontinuada em consonância com os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (“CPC 31”), equivalente ao IFRS 5 – *Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations* (“IFRS 5”), as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos em 31 de março de 2025 nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia, com o devido impacto na presente versão das Demonstrações Financeiras combinadas.

Os valores anteriormente apresentados e os valores reapresentados podem ser demonstrados como seguem:

##### Demonstração de resultado

	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	3.716.980	(440.292)	3.276.688
Variação no valor justo do ativo biológico	(56.370)	-	(56.370)
Custos dos produtos vendidos	(2.860.347)	308.156	(2.552.191)
<b>Lucro bruto</b>	<b>800.263</b>	<b>(132.136)</b>	<b>668.127</b>
Despesas de vendas	(131.339)	54.683	(76.656)
Despesas administrativas e gerais	(271.633)	61.312	(210.321)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(13.334)	9	(13.325)
<b>Resultado antes das receitas financeiras líquidas, participação nos resultados de empresas investidas e impostos</b>	<b>383.957</b>	<b>(16.132)</b>	<b>367.825</b>
Receitas financeiras	221.112	(26)	221.086
Despesas financeiras	(682.219)	5.616	(676.603)
Variações cambiais líquidas	20.653	(198)	20.455
<b>Financeiras líquidas</b>	<b>(440.454)</b>	<b>5.392</b>	<b>(435.062)</b>
Participação nos resultados de empresas investidas	48.189	-	48.189
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>(8.308)</b>	<b>(10.740)</b>	<b>(19.048)</b>
Imposto de renda e contribuição corrente	(57.270)	(534)	(57.804)
Imposto de renda e contribuição diferido	101.836	(2.349)	99.487
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>	<b>36.258</b>	<b>-</b>	<b>22.635</b>
<b>Resultado líquido das operações descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>13.623</b>	<b>13.623</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>36.258</b>	<b>-</b>	<b>36.258</b>
<b>Resultado atribuído aos:</b>			
Acionistas controladores	26.521	-	26.521
Acionistas não controladores	9.737	-	9.737
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>36.258</b>	<b>-</b>	<b>36.258</b>



#### 4. Reapresentação de valores correspondentes—Continuação

##### Demonstração dos fluxos de caixa

	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes dos impostos operações continuadas	(8.308)	(10.740)	(19.048)
Lucro antes dos impostos operações descontinuadas	-	13.623	13.623
Imposto de renda e contribuição social	(73.867)	(2.883)	(76.750)
Outros ajustes	1.006.314	-	1.006.314
<b>Fluxo de caixa gerado das atividades operacionais</b>	<b>924.139</b>	<b>-</b>	<b>924.139</b>
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos</b>	<b>(813.571)</b>	<b>-</b>	<b>(813.571)</b>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(428.951)</b>	<b>-</b>	<b>(428.951)</b>
<b>Diminuição de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(318.383)</b>	<b>-</b>	<b>(318.383)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.415.109	-	2.415.109
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>2.096.726</b>	<b>-</b>	<b>2.096.726</b>

##### Demonstração do valor agregado

	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.300.561	(90.259)	1.210.302
Valor adicionado recebido em transferência	284.186	(26)	284.160
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.584.747</b>	<b>(90.285)</b>	<b>1.494.462</b>
Pessoal	546.257	(60.802)	485.455
Impostos, taxas e contribuições	298.028	(5.342)	292.686
Remuneração de capitais de terceiros	704.204	(10.518)	693.686
Remuneração de capitais próprios	36.258	(13.623)	22.635
<b>Valor adicionado distribuído e retido</b>	<b>1.584.747</b>	<b>(90.285)</b>	<b>1.494.462</b>

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2026	31/03/2025
Caixa e bancos	103.946	168.091
Aplicações financeiras	2.439.521	1.928.635
	<b>2.543.467</b>	<b>2.096.726</b>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações CDB (Certificado de depósito bancário), com garantia de recompra pelos bancos e certificados de depósitos bancários, ambos remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, numa média ponderada de 100,98% (100,30% em março de 2025), que podem ser resgatadas a qualquer momento sem perdas significativas.



## 6. Aplicações financeiras

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Aplicações financeiras restritas (i)	-	24.282
FIDC	11.448	11.423
<b>Total</b>	<b>11.448</b>	<b>35.705</b>

- (i) Em 31 de março de 2025, do montante de R\$ 24.282, o R\$ 18.461 refere-se à Escrow, firmada entre a Companhia e os vendedores na negociação da aquisição USB (Nota 37), onde um terceiro neutro mantém e regula o pagamento de fundos entre duas partes em uma transação. Esses fundos são liberados conforme o cumprimento das condições contratuais, garantindo segurança e transparência na transação. O saldo referente à Escrow de R\$ 18.461 foi liquidado em maio de 2025. E o valor de R\$ 5.821 refere-se as aplicações financeiras restritas da USB, remunerado pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI, numa média ponderada de 100% em março de 2025.

### Fundo de Investimento em Direitos Creditórias (FIDC)

Em 04 de outubro de 2024, a Açucareira Quatá S.A. assinou (i) Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Produtores Rurais *Receivables* e ii) Boletim de Subscrição de Cotas da 1ª Emissão de Cotas do FIDC Produtores Rurais Subordinadas Mezanino, cuja integralização de recursos ocorreu em 04 de outubro de 2024. O Fundo foi estruturado com o saldo total de R\$ 75.651, tendo como cotistas inicialmente a AQ, que participa com cota subordinada correspondendo a 15% e participação de terceiros com o restante das cotas que são de mezanino e sênior, correspondendo a 5% e 80% respectivamente. O saldo atualizado em 31 de março de 2026 é R\$ 11.448.

## 7. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2025, o Grupo utilizava como instrumento de proteção cambial, operações de NDF (*Non-Deliverable Forwards*), contratadas para proteção da projeção de exportação de derivados de levedura, as operações de NDF estão refletidas nas demonstrações financeiras do Grupo com base na marcação a mercado fornecida pelas Instituições Financeiras detentora do contrato da operação.

	<u>31/03/2026</u>			<u>31/03/2025</u>		
	Valor de referência (nocional) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro	Valor de referência (nocional) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro
Swap de Taxa de juros						
Swap de valor justo (BRL) (i)	(1.896.966)	40.392	40.392	(1.599.684)	(26.880)	(26.880)
Posição Vendida						
Moeda estrangeira (USD)	-	-	-	8.300	(682)	(682)
Moeda estrangeira (EUR)	-	-	-	9.600	721	721
		<u>40.392</u>			<u>(26.841)</u>	
<b>Ativo circulante</b>		<u>49.526</u>			<u>6.075</u>	
<b>Passivo circulante</b>		<u>(9.134)</u>			<u>(32.916)</u>	

- (i) Referem-se a Swap de taxa de juros com indexador de IPCA para CDI.



## 8. Clientes

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Contas a receber mercado interno	32.238	30.496
Contas a receber mercado externo	10.728	121.760
( - ) Perda em créditos de liquidação duvidosa	(1.289)	(2.852)
	<u>41.677</u>	<u>149.404</u>
Circulante	37.127	144.289
<b>Não circulante</b>	<u>4.550</u>	<u>5.115</u>

As contas a receber de clientes e demais contas a receber do Grupo são denominadas nas seguintes moedas:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Reais	30.949	27.644
Dólares americano	7.930	39.991
Euros	2.798	81.769
	<u>41.677</u>	<u>149.404</u>

A seguir, apresenta-se a distribuição dos valores a receber conforme prazo de vencimento:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
<b>A vencer</b>		
Até 30 dias	21.194	47.505
De 31 a 90 dias	13.666	59.198
De 91 a 180 dias	584	11.575
Acima de 180 dias	3.062	21.864
	<u>38.506</u>	<u>140.142</u>
<b>Vencidos</b>		
Até 30 dias	1.642	5.407
De 31 a 90 dias	2	807
De 91 a 180 dias	-	4
Acima de 180 dias	1.527	3.044
	<u>3.171</u>	<u>9.262</u>
	<u>41.677</u>	<u>149.404</u>

O Grupo mensura perdas de crédito esperadas para contas a receber classificadas como de baixo risco, bem como para os saldos de equivalentes de caixa, desde que não tenha ocorrido aumento significativo no risco de crédito ou inadimplência desde o reconhecimento inicial. Todos os títulos registrados são analisados. Aqueles com vencimento superior a 120 dias passam a ser avaliados qualitativamente.



## 9. Contas a receber - Cooperativa

Como mencionado na nota 1, a AQ é cooperada da Copersucar a qual é a comercializadora de açúcar e etanol de seus cooperados.

O valor de R\$ 40.288 (R\$ 69.727 em março de 2025) a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o PN 66, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da AQ.

Os montantes relacionados às contas a receber da Cooperativa referem-se a operações relacionadas aos atos cooperados, sendo assim, a diretoria não prevê possibilidades de perdas decorrentes dessas operações.

## 10. Estoques

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Produtos acabados entregues à Cooperativa		
Açúcar	82	398
Etanol	1	76
Derivados de levedura	36.323	177.375
Produtos semi-acabados	230	19.065
Insumos, materiais auxiliares, de manutenção e outros	160.885	216.426
Renovabio - CBIOs (i)	10.049	26.892
Provisão para redução a valor recuperável e perda dos estoques	(3.929)	(45.275)
	<u><b>203.641</b></u>	<u><b>394.957</b></u>
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>		<b>45.275</b>
Reversão de provisão		(42.321)
Constituição de provisão		975
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>		<b>3.929</b>

- (i) Em 31 de março de 2026, existiam 346 mil CBIOs escriturados e registrados a valor realizável líquido (390 mil CBIOs em 31 de março de 2025).



## 11. Ativos biológicos

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Custo histórico	242.194	212.538
Valor justo (i)	(26.794)	54.148
<b>Ao final do exercício</b>	<b>215.400</b>	<b>266.686</b>

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Movimentação:		
<b>No início do exercício:</b>	<b>266.686</b>	<b>280.060</b>
Combinação de negócios USB (nota 37)	-	26.944
Aumentos decorrentes de tratos culturais	241.482	192.713
Redução decorrentes da colheita	(211.826)	(176.661)
Varição no valor justo (i)	(80.942)	(56.370)
<b>No final do exercício:</b>	<b>215.400</b>	<b>266.686</b>

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Área estimada de colheita (hectares)	72.626	69.184
Produtividade do canavial (tonelada/hectare)	72	69
Quantidade de ATR (kg)	136,50	136,00
Valor médio ATR	1,0481	1,2690
Taxa de desconto - WACC	9,46%	10,43%

(i) A variação no valor justo dos ativos biológicos para a safra 25/26 deve-se a redução do preço do ATR de 1,2690 em março de 2025 para 1,0481 em março de 2026.

### Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas

O Grupo reconhece que suas atividades agrícolas estão intrinsecamente expostas a um conjunto de riscos regulatórios, de mercado e climáticos, cuja gestão é parte essencial da estratégia de negócios e da geração de valor sustentável de longo prazo. Os riscos climáticos estão previstos na matriz de riscos corporativos da Companhia, em processo conduzido por estrutura dedicada de governança, riscos e compliance. A divulgação dessas informações está alinhada às recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD), às normas do *Greenhouse Gas Protocol* (GHG Protocol) e aos frameworks GRI e SASB, refletindo o nível de maturidade ESG consolidado ao longo de mais de 79 anos de operação.

#### i) *Riscos regulatórios e ambientais*

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos aplicáveis às suas atividades, incluindo legislação ambiental, normas de uso do solo e biodiversidade, além de marcos regulatórios relacionados à descarbonização e à transição para uma economia de baixo carbono. A Companhia estabelece procedimentos operacionais voltados ao pleno cumprimento da legislação vigente, realiza análises periódicas para sustentar a adequação de seus sistemas existentes na gestão desses riscos.



## 11. Ativos biológicos--Continuação

### i) *Riscos regulatórios e ambientais--continuação*

A Açucareira Quatá S.A, é pioneira no setor sucroenergético a obter a declaração de conformidade com a ABNT PR 2030, validada por auditoria independente, e mantém um portfólio robusto de certificações (Bonsucro, ISCC Corsia Plus, ISO 14001, RenovaBio, Etanol Mais Verde e EcoVadis) que reforçam a integridade socioambiental de sua cadeia produtiva e ampliam o acesso a mercados e linhas de financiamento com critérios ESG.

### ii) *Risco de oferta e demanda*

A Companhia está exposta a riscos decorrentes das flutuações no preço e no volume de vendas de açúcar, etanol e energia elétrica produzidos a partir da cana-de-açúcar. A gestão desses riscos é realizada por meio do alinhamento contínuo do volume de produção à demanda de mercado, monitoramento de tendências setoriais e otimização do mix de produtos, buscando maior valor agregado e resiliência da receita.

### iii) *Riscos climáticos e impactos sobre o valor justo dos ativos biológicos*

O ativo biológico da Companhia, representados pelas plantações de cana-de-açúcar, são mensurados ao valor justo por meio do método do fluxo de caixa descontado, cujas premissas são inerentemente sensíveis a variáveis climáticas, agrônômicas e de mercado. Além disso, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, no resultado operacional do Grupo, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, o negócio da Companhia está sujeito à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região sudeste do Brasil.

Os riscos climáticos que incidem sobre esses ativos são avaliados no âmbito da matriz de riscos corporativos das Companhias, com metodologia estruturada e governança própria. Os riscos climáticos identificados na matriz corporativa são submetidos a processo de priorização com base em probabilidade e intensidade de impacto. As medidas mitigatórias são acompanhadas por comissão multidisciplinar responsável por desdobrá-las em programas com métricas corporativas verificáveis, integrados ao Programa Zilor + Sustentável 2030.

A estimativa do valor justo pode sofrer variações em função dos seguintes fatores:

- Aumento ou redução no preço estimado do Açúcar Total Recuperável (ATR);
- Alterações na produtividade esperada, considerando toneladas por hectare e quantidade de ATR; e
- Variações na taxa de desconto aplicada.



## 12. Depósitos judiciais

	1º de abril de 2025	Adições	Baixas	Atualização monetária	31 de Março de 2026
Tributárias (i)	800.194	923	(8.019)	2.374	795.472
Cíveis e ambientais	1.717	113	(270)	271	1.831
Trabalhistas	2.145	555	(233)	48	2.515
<b>Total de depósitos judiciais</b>	<b>804.056</b>	<b>1.591</b>	<b>(8.522)</b>	<b>2.693</b>	<b>799.818</b>

- (i) Referem-se substancialmente a depósitos judiciais relacionados a tributação dos recursos retidos na ação indenizatória do IAA, mencionada na nota 26 no valor de R\$ 788.431 em 31 de março de 2026.

## 13. Impostos a recuperar

	31/03/2026	31/03/2025
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (i)	45.220	71.053
PIS - Programa de Integração Social (ii)	7.192	3.147
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (ii)	28.643	10.936
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (iii)	19.797	22.896
REINTEGRA - Regime Especial de Reint. de Valores Tributários (iv)	2.342	4.570
Outros	2.448	2.490
	<b>105.642</b>	<b>115.092</b>
Circulante	74.671	67.813
<b>Não circulante</b>	<b>30.971</b>	<b>47.279</b>

- (i) O saldo é composto, principalmente, por créditos acumulados em função de operações de exportação, aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado e créditos oriundos do Controle de Crédito do ICMS sobre o Ativo Permanente (CIAP). Os créditos gerados na atividade operacional são transferidos mensalmente para a cooperativa, em conformidade com a legislação aplicável. Já os créditos relacionados ao CIAP são apropriados gradualmente, à razão de 1/48 avos, nos termos da legislação estadual vigente.
- (ii) O saldo é composto, predominantemente, por créditos presumidos incidentes sobre a aquisição de cana-de-açúcar, bem como por créditos decorrentes da aquisição de insumos agropecuários, consumo de energia elétrica e fretes vinculados às operações de exportação. Os créditos presumidos relativos à cana-de-açúcar possuem prazo médio estimado de utilização entre 6 e 7 meses. Os demais créditos são gerados na atividade operacional da Companhia e transferidos mensalmente para a cooperativa, em conformidade com a legislação tributária vigente.
- (iii) Os créditos decorrem de retenções na fonte sobre receitas financeiras auferidas pela Companhia e são integralmente utilizados na compensação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) devido, até a entrega da respectiva obrigação acessória anual (ECF – Escrituração Contábil Fiscal).
- (iv) Refere-se ao regime especial instituído por meio da Lei 12.546/2011, conversão da Medida Provisória 540/2011, objetivando o aumento da competitividade da indústria nacional, como parte do Plano Brasil Maior (“PBM”), no qual busca-se a desoneração das exportações, ressarcindo ao exportador de bens industrializados até 3% do valor exportado. A Companhia estima o recebimento financeiro do benefício pleiteado em prazo aproximado de até 24 meses, considerando o histórico e o ritmo médio de homologação dos pedidos pela Receita Federal do Brasil.



## 14. Adiantamentos

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Adiantamento a fornecedores de cana-de-açúcar (i)	58.256	49.976
Adiantamento a fornecedores diversos	8.066	2.814
<b>Total de adiantamentos</b>	<b><u>66.322</u></b>	<b><u>52.790</u></b>

(i) Esses adiantamentos são valores pagos antecipadamente aos parceiros de cana da controlada USB.

## 15. Imposto de renda e contribuição social

### a) Composição, natureza e realização dos impostos de renda e contribuição social diferidos

	<u>Saldo em 1º de abril de 2025</u>	<u>Reconhecidos no resultado</u>	<u>Reconhecidos no acervo líquido</u>	<u>Saldo em 31 de março de 2026</u>
<b>Ativo não circulante</b>				
Prejuízos fiscais do imposto de renda	94.054	(49.235)	-	44.819
Base negativa da contribuição social	32.929	(17.347)	-	15.582
Provisões para contingências	175.205	(2.093)	-	173.112
Arrendamento mercantil	148.360	22.219	-	170.579
Provisão para perdas com créditos tributários	4.306	(1.506)	-	2.800
PMR / Provisão NF Serviços	19.769	(1.863)	-	17.906
Energia elétrica	4.220	(1.949)	-	2.271
Resultado em operações de mercado futuro	9.126	(13.445)	4.319	-
Ativo biológico	-	9.110	-	9.110
Outros	41.804	(21.478)	-	20.326
	<b><u>529.773</u></b>	<b><u>(77.587)</u></b>	<b><u>4.319</u></b>	<b><u>456.505</u></b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Imobilizado – custo atribuído	(303.433)	5.422	-	(298.011)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(128.322)	(13.902)	-	(142.224)
Ajuste a valor presente	(9.854)	-	-	(9.854)
Ativo biológico	(23.327)	23.327	-	-
Resultado em operações de mercado futuro	-	(7.214)	(6.519)	(13.733)
Depreciação incentivada	(166.983)	38.609	-	(128.374)
Mais-valias	(22.072)	9.242	-	(12.830)
Outros	(30.491)	(4.789)	-	(35.280)
	<b><u>(684.482)</u></b>	<b><u>50.695</u></b>	<b><u>(6.519)</u></b>	<b><u>(640.306)</u></b>
<b>Efeito líquido no diferido</b>	<b><u>(154.709)</u></b>	<b><u>(26.892)</u></b>	<b><u>(2.200)</u></b>	<b><u>(183.801)</u></b>
Passivo não circulante	(154.709)			(183.801)
	<b><u>(154.709)</u></b>			<b><u>(183.801)</u></b>



## 15. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

### a) Composição, natureza e realização dos impostos de renda e contribuição social diferidos-- continuação

	Saldo em 1º de abril de 2024	Combinação de negócios USB (nota 37)	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no acervo líquido	Saldo em 31 de março de 2025
<b>Ativo não circulante</b>					
Prejuízos fiscais do imposto de renda	14.206	28.683	51.165	-	94.054
Base negativa da contribuição social	4.398	10.326	18.205	-	32.929
Provisões para contingências	175.501	-	(296)	-	175.205
Arrendamento mercantil	131.029	2.224	15.107	-	148.360
Provisão para perdas com créditos tributários	2.800	-	1.506	-	4.306
PMR / Provisão NF Serviços	32.440	-	(12.671)	-	19.769
Energia elétrica	823	-	3.397	-	4.220
Resultado em operações de mercado futuro	-	-	4.136	4.990	9.126
Outros	8.570	2.540	30.694	-	41.804
	<b>369.767</b>	<b>43.773</b>	<b>111.243</b>	<b>4.990</b>	<b>529.773</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Imobilizado – custo atribuído	(270.494)	(27.597)	(5.342)	-	(303.433)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(161.835)	-	33.513	-	(128.322)
Ajuste a valor presente	(9.854)	-	-	-	(9.854)
Ativo biológico	(39.753)	(2.740)	19.166	-	(23.327)
Resultado em operações de mercado futuro	(745)	-	745	-	-
Depreciação incentivada	(101.016)	(13.808)	(52.159)	-	(166.983)
Mais-valias	-	(22.072)	-	-	(22.072)
Outros	(31.194)	-	703	-	(30.491)
	<b>(614.891)</b>	<b>(66.217)</b>	<b>(3.374)</b>	<b>-</b>	<b>(684.482)</b>
<b>Efeito líquido no diferido</b>	<b>(245.124)</b>	<b>(22.444)</b>	<b>107.869</b>	<b>4.990</b>	<b>(154.709)</b>
Passivo não circulante	245.124				(154.709)
	<b>245.124</b>				<b>(154.709)</b>

O Grupo estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos exercícios a serem encerrados em:

	31/03/2026	31/03/2025
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	19.847	29.333
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	436.658	500.440
	<b>456.505</b>	<b>529.773</b>



## 15. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

### a) Composição, natureza e realização dos impostos de renda e contribuição social diferidos--continuação

O Grupo prevê a recuperabilidade dos ativos, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Saldos</u>
Imposto de renda e contribuição social constituídos sobre prejuízos fiscais acumulados:	
2025/2026	8.229
2026/2027	34.723
2027/2028	17.448
<b>Total</b>	<b>60.400</b>
<b>Diferenças temporárias</b>	
Provisões para contingências	173.112
Arrendamento mercantil CPC 06	170.579
Provisão PMR	17.906
Provisão para perdas esperadas	3.333
Ativo biológico	9.110
Outras	22.065
<b>Total</b>	<b>396.105</b>
<b>Saldo total</b>	<b>456.505</b>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas em projeções de lucros tributáveis, elaboradas com fundamento em premissas financeiras e operacionais consideradas à época de sua elaboração. Essas estimativas também levam em conta o direito legal de compensar no futuro, o imposto de renda devido, decorrente de passivos fiscais diferidos.



## 15. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

### b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/03/2026			31/03/2025		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Resultado antes dos impostos	477.448	477.448	477.448	(19.048)	(19.048)	(19.048)
Alíquota máxima	25%	9%	34%	25%	9%	34%
	<b>(119.362)</b>	<b>(42.970)</b>	<b>(162.332)</b>	<b>4.762</b>	<b>1.714</b>	<b>6.476</b>
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:						
Lucro disponibilizados no exterior	(2.142)	(771)	(2.913)	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	21.826	7.857	29.683	12.047	4.337	16.384
Créditos de descarbonização (CBIO)	4.010	3.049	7.059	4.759	4.200	8.959
Juros sobre capital próprio	8.250	2.970	11.220	8.250	2.970	11.220
Outras exclusões (adições) e ajustes permanentes	(408)	4.638	4.230	(5.551)	4.195	(1.356)
<b>Tributos no resultado</b>	<b>(87.826)</b>	<b>(25.227)</b>	<b>(113.053)</b>	<b>24.267</b>	<b>17.416</b>	<b>41.683</b>
Corrente	(76.374)	(21.481)	(97.855)	(46.928)	(10.876)	(57.804)
Diferido	(11.452)	(3.746)	(15.198)	71.195	28.292	99.487
<b>Tributos no resultado</b>	<b>(87.826)</b>	<b>(25.227)</b>	<b>(113.053)</b>	<b>24.267</b>	<b>17.416</b>	<b>41.683</b>
Alíquota efetiva	18%	5%	24%	127%	91%	219%

(i) Reapresentado conforme requerido pelo CPC 31 em função das operações descontinuadas, conforme nota explicativa 39.

### c) Ativo fiscal corrente

	31/03/2026	31/03/2025
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (i)	68.768	71.628
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (i)	9.868	20.171
	<b>78.636</b>	<b>91.799</b>

(i) Saldo negativo de exercícios anteriores correspondem às antecipações de imposto de renda e contribuição social pagas durante exercícios anteriores que superaram o valor efetivamente devido no encerramento do ano fiscal. O Grupo estima que o saldo existente será realizado no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas, seja pela compensação com tributos administrados pela receita federal, seja pela monetização através do pedido de ressarcimento em espécie.



## 16. Partes relacionadas

### a) Operações com pessoal-chave

O pessoal-chave do Grupo é composto pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria eleitos a cada dois anos por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. O montante referente à remuneração do pessoal-chave do Grupo durante o exercício findo em 31 de março de 2026 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 27.891 (R\$ 29.837 em março de 2025).

### b) Saldos e operações

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Ativo não circulante		
Mútuo financeiro		
Diretores	1.129	636

O mútuo concedido aos diretores refere-se a benefício para compra de automóvel, prática alinhada ao mercado, trazendo mais flexibilidade na aquisição pelos executivos, diminuindo a administração por parte da empresa e contribuindo com uma forma de retenção destes profissionais. Esses mútuos são descontados em folha de pagamento mensalmente.

### b) Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos e a pagar

	<u>Saldo em 1º de abril de 2025</u>	<u>Deliberado</u>	<u>Retenção IRRF</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Saldo em 31 de março de 2026</u>
Juros sobre o capital próprio da safra 22/23 (b) Açucareira Quatá S.A.	6.950	-	-	(6.950)	-
Juros sobre o capital próprio da safra 23/24 (c) Açucareira Quatá S.A.	11.582	-	-	(11.582)	-
Dividendos da safra 23/24 (d) Açucareira Quatá S.A.	41.201	-	-	(30.187)	11.015
Dividendos da safra 23/24 (e) Companhia Agrícola Quatá	7.636	-	-	(7.636)	-
Juros sobre o capital próprio da safra 24/25 (f) Açucareira Quatá S.A.	22.050	-	-	(11.207)	10.843
Dividendos da safra 24/25 (g) Companhia Agrícola Quatá	12.590	40.534	-	(35.416)	17.708
Juros sobre o capital próprio da safra 25/26 (h) Açucareira Quatá S.A.	-	30.000	(4.500)	(25.500)	-
Juros sobre o capital próprio da safra 25/26 (i) Companhia Agrícola Quatá	-	3.000	(450)	(2.550)	-
Dividendos da safra 25/26 (j) Açucareira Quatá S.A.	-	139.760	-	-	139.760
Dividendos da safra 25/26 (k) Açucareira Quatá S.A.	-	33.938	-	-	33.938
Dividendos da safra 25/26 (l) Companhia Agrícola Quatá	-	14.389	-	-	14.389
	<u>102.009</u>	<u>261.621</u>	<u>(4.950)</u>	<u>(131.028)</u>	<u>227.653</u>
Total circulante	90.995				107.653
<b>Total não circulante</b>	<b>11.014</b>				<b>120.000</b>



## 16. Partes relacionadas—Continuação

### c) Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos e a pagar--Continuação

	Saldo em 1º de abril de 2024	Deliberado	Retenção IRRF	Pagamento	Saldo em 31 de março de 2025
Dividendos da safra 21/22 (a) Açucareira Quatá S.A.	6.618	-	-	(6.618)	-
Juros sobre o capital próprio da safra 22/23 (b) Açucareira Quatá S.A.	43.951	-	-	(37.001)	6.950
Juros sobre o capital próprio da safra 23/24 (c) Açucareira Quatá S.A.	59.210	-	-	(47.628)	11.582
Dividendos da safra 23/24 (d) Açucareira Quatá S.A.	52.884	-	-	(11.683)	41.201
Dividendos da safra 23/24 (e) Companhia Agrícola Quatá	22.907	-	-	(15.271)	7.636
Juros sobre o capital próprio da safra 24/25 (f) Açucareira Quatá S.A.	-	30.000	(4.500)	(3.450)	22.050
Juros sobre o capital próprio da safra 24/25 (i) Companhia Agrícola Quatá	-	3.000	(450)	(2.550)	-
Dividendos da safra 24/25 (g) Companhia Agrícola Quatá	-	12.590	-	-	12.590
	<b>185.570</b>	<b>45.590</b>	<b>(4.950)</b>	<b>(124.201)</b>	<b>102.009</b>
Total circulante	167.038				90.995
<b>Total não circulante</b>	<b>18.532</b>				<b>11.014</b>

- (a) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 150.357 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em julho de 2022, deliberado o pagamento em 24 parcelas no valor de R\$ 6.265. Durante a safra 22/23 foram pagos o valor de R\$ 56.383 e durante a safra 23/24 foram pagos R\$ 87.356 e durante a safra 24/25 foram pagos R\$ 6.618.
- (b) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 78.000 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em dezembro de 2022. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Durante a safra 22/23 não foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio. Na safra 25/26 foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 6.950.
- (c) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 69.659 que foi aprovado em Conselho de Administração em dezembro de 2023 e março de 2024. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Durante a safra 23/24 não foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio, somente a retenção do IRRF no valor de R\$ 10.449. Na safra 25/26 foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 11.582.
- (d) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 52.884 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em julho de 2024, deliberado o pagamento em 24 parcelas. Durante a safra 25/26 foram pagos o valor de R\$ 30.187.
- (e) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 22.907 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em julho de 2024, deliberado o pagamento em 12 parcelas no valor de R\$ 1.909. Durante a safra 25/26 foram pagos R\$ 7.636.
- (f) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 30.000 que foi aprovado em Conselho de Administração em dezembro de 2024. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Na safra 24/25 foram pagos retenção do IRRF no valor de R\$ 4.500 e valores a título de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 3.450. Na safra 25/26 foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 11.207.



## 16. Partes relacionadas—Continuação

### c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos e a pagar—Continuação

- (g) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 12.590 e dividendos propostos no valor de R\$ 40.534 aos acionistas que será aprovado em Assembleia Geral. Durante a safra 25/26 foram pagos o valor de R\$ 35.416.
- (h) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 30.000 que foi aprovado em Conselho de Administração em junho de 2025. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Na safra 25/26 foram pagos retenção do IRRF no valor de R\$ 4.500 e valores a título de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 25.500.
- (i) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 3.000 que foi aprovado em Conselho de Administração em dezembro de 2024. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Na safra 24/25 foram pagos retenção do IRRF no valor de R\$ 450 e valores a título de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 2.550.
- (j) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 139.760 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em dezembro de 2025, deliberado o pagamento em 29 parcelas.
- (k) Valor referente aos dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas no valor de R\$ 33.938.
- (l) Valor referente aos dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas no valor de R\$ 14.389.

## 17. Investimento

O Grupo registrou um resultado de R\$ 85.822 em 31 de março de 2026 (R\$ 48.189 em 31 de março de 2025), considerando o montante de R\$ 2.102 referente ao resultado líquido das operações descontinuadas, conforme nota explicativa 39, de equivalência patrimonial de sua coligada nas demonstrações financeiras combinadas.

Abaixo é apresentado os dados do investimento em 31 de março de 2026:

	31/03/2026			Total
	Copersucar S.A.	Biorigin S.A. (i)		
		Custo	Valor justo	
Em sociedades coligadas:				
Ações/quotas possuídas	230.044.486	1.999.900		
Percentual de participação	11,99%	30%		
Capital social	1.775.196	621.207		
Patrimônio líquido	2.361.181	648.253		
Lucro líquido do exercício	630.768	37.388		
Movimentação dos investimentos:				
<b>Em 31 de março de 2025</b>	<b>246.250</b>	-	-	<b>246.250</b>
Aporte de capital em controlada	-	479.141	-	479.141
Aumento de capital social	-	139.530	-	139.530
Venda de participação em coligada	-	(422.859)	-	(422.859)
Complemento do investimento ao valor justo	-	-	26.608	26.608
Ajuste de avaliação patrimonial em investida	7.306	(2.325)	-	4.981
Participação nos resultados de coligadas	75.643	8.077	-	83.720
Ganho e (perda) na participação de investida	(7.884)	(7.870)	-	(15.754)
Dividendos	(38.158)	-	-	(38.158)
<b>Em 31 de março de 2026</b>	<b>283.157</b>	<b>193.694</b>	<b>26.608</b>	<b>503.459</b>
	<b>Copersucar S.A.</b>	<b>Biorigin S.A. (i)</b>		
Total do Ativo	17.460.898	860.106		
Total do Passivo	(15.099.717)	(211.853)		
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.361.181</b>	<b>648.253</b>		
Receita operacional líquida em março/26	65.780.597	327.753		
Lucro líquido do exercício em março/26	630.768	37.388		



## 17. Investimento—Continuação

Abaixo é apresentado os dados do investimento em 31 de março de 2025:

	<u>31/03/2025</u>
	<u>Copersucar S.A.</u>
Em sociedades coligadas:	
Ações/quotas possuídas	255.822.603
Percentual de participação	11,99%
Capital social	1.763.827
Patrimônio líquido	2.053.420
Lucro líquido do exercício	401.840
Movimentação dos investimentos:	
<b>Em 31 de março de 2024</b>	<b>254.405</b>
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	(23.338)
Perda na participação de investida	(5.655)
Reversão dividendos mínimos obrigatórios da safra 23/24	329
Dividendos recebidos da safra 23/24	(27.222)
Dividendos mínimos obrigatórios da safra 24/25	(458)
Participação nos resultados de coligadas	48.189
<b>Em 31 de março de 2025</b>	<b>246.250</b>

A seguir, apresenta-se a abertura dos saldos de ativo, passivo e resultado referente a março de 2025.

	<u>Copersucar S.A.</u>
Total do Ativo	16.126.617
Total do Passivo	(14.073.197)
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.053.420</b>
Receita operacional líquida em março/25	62.345.156
Lucro líquido do exercício em março/25	401.840

- (i) O investimento na Biorigin S.A. passou a ser classificado como investimento em coligada, sendo a participação remanescente de 30% avaliada pelo método da equivalência patrimonial. A operação resultou na baixa da controladora com o reconhecimento do ganho de capital no resultado, conforme divulgado na nota explicativa 39. O valor justo do investimento de 30% de acordo com o CPC 18 (R2) Investimento em Coligada e Controlada foi reconhecido em R\$ 26.808, com base no EBITDA dos últimos 12 meses e um fator multiplicador de 13 vezes.

### Informação sobre os investimentos na Copersucar S.A.

A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem a exclusividade na comercialização dos volumes de açúcar e etanol produzidos pelas unidades produtoras sócias e que inclui o Grupo, localizadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás, gerenciando todos os elos da cadeia de açúcar e etanol, desde o acompanhamento da safra no campo até os mercados finais, incluindo as etapas de armazenamento, de transporte e de comercialização.

Atualmente, membros da diretoria e do conselho de administração do Grupo, representam a AQ nas decisões das políticas operacionais, financeiras e estratégicas da Copersucar S.A., através da participação no Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Governança. Assim, o investimento na Copersucar S.A. é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce influência significativa em sua administração.



## 18. Imobilizado

### a) Movimentação do ativo imobilizado

	Terras	Edifícios e construções	Benfeitorias	Maquinismos, instalações e equipamentos	Veículos, máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Lavoura de cana (planta portadora)	Total
<b>Em 1º de abril de 2024</b>	<b>806.365</b>	<b>200.075</b>	<b>37.784</b>	<b>861.555</b>	<b>206.887</b>	<b>8.276</b>	<b>54.491</b>	<b>413.593</b>	<b>585.617</b>	<b>3.174.643</b>
Combinação de negócios USB (nota 37)	3.060	26.899	207	86.186	30.842	348	-	-	62.873	210.415
Aquisição	-	-	-	3.582	151.083	50	64.750	127.325	230.290	577.080
Baixas	(666)	(116)	-	(827)	(2.697)	(3)	(34)	-	(31)	(4.374)
Provisão perdas prováveis	-	-	-	(1.756)	(2.466)	(69)	(139)	-	-	(4.430)
Transferências	7.057	23.997	2.894	422.887	18.348	5.356	1.098	(481.637)	-	-
Variação cambial	362	678	161	18	-	95	1	17	-	1.332
Depreciação	-	(6.905)	(2.300)	(105.809)	(137.520)	(3.324)	(51.425)	-	(173.327)	(480.610)
<b>Em 31 de março de 2025</b>	<b>816.178</b>	<b>244.628</b>	<b>38.746</b>	<b>1.265.836</b>	<b>264.477</b>	<b>10.729</b>	<b>68.742</b>	<b>59.298</b>	<b>705.422</b>	<b>3.474.056</b>
Custo total	816.178	349.973	69.710	2.293.819	362.095	37.011	72.624	59.298	1.303.037	5.363.745
Depreciação acumulada	-	(105.345)	(30.964)	(1.027.983)	(97.618)	(26.282)	(3.882)	-	(597.615)	(1.889.689)
<b>Valor residual</b>	<b>816.178</b>	<b>244.628</b>	<b>38.746</b>	<b>1.265.836</b>	<b>264.477</b>	<b>10.729</b>	<b>68.742</b>	<b>59.298</b>	<b>705.422</b>	<b>3.474.056</b>
<b>Em 1º de abril de 2025</b>	<b>816.178</b>	<b>244.628</b>	<b>38.746</b>	<b>1.265.836</b>	<b>264.477</b>	<b>10.729</b>	<b>68.742</b>	<b>59.298</b>	<b>705.422</b>	<b>3.474.056</b>
Operação descontinuada (nota 39)	(2.272)	(48.566)	(2.635)	(202.389)	(262)	(1.558)	(227)	(1.626)	-	(259.535)
Aquisição	-	-	-	609	157.736	24	67.831	109.874	288.025	624.099
Baixas	-	17	-	(940)	(2.419)	(65)	(124)	-	(7.476)	(11.007)
Reversão de provisão perdas prováveis	-	-	-	6.367	2.466	69	139	-	-	9.041
Transferências	-	1.869	3.127	29.384	29.901	1.333	353	(65.967)	-	-
Variação cambial	(252)	(454)	(85)	(36)	-	(33)	-	-	-	(860)
Amortização mais valia	-	(581)	-	(4.183)	(1.235)	(2)	-	-	-	(6.001)
Depreciação	-	(6.015)	(1.991)	(94.848)	(172.356)	(2.779)	(66.030)	-	(200.439)	(544.458)
<b>Em 31 de Março de 2026</b>	<b>813.654</b>	<b>190.898</b>	<b>37.162</b>	<b>999.800</b>	<b>278.308</b>	<b>7.718</b>	<b>70.684</b>	<b>101.579</b>	<b>785.532</b>	<b>3.285.335</b>
Custo total	813.654	302.566	71.623	2.134.713	396.600	36.211	74.762	101.579	1.508.422	5.440.130
Depreciação acumulada	-	(111.668)	(34.461)	(1.134.913)	(118.292)	(28.493)	(4.078)	-	(722.890)	(2.154.795)
<b>Valor líquido</b>	<b>813.654</b>	<b>190.898</b>	<b>37.162</b>	<b>999.800</b>	<b>278.308</b>	<b>7.718</b>	<b>70.684</b>	<b>101.579</b>	<b>785.532</b>	<b>3.285.335</b>
<b>Valor Residual de:</b>										
Custo histórico	42.846	146.225	37.163	977.088	275.312	7.715	70.684	101.579	785.532	2.444.144
Mais-valia	770.808	44.673	(1)	22.712	2.996	3	-	-	-	841.191
	<b>813.654</b>	<b>190.898</b>	<b>37.162</b>	<b>999.800</b>	<b>278.308</b>	<b>7.718</b>	<b>70.684</b>	<b>101.579</b>	<b>785.532</b>	<b>3.285.335</b>
Valores dos bens em garantias (b)	309.479	2.276	-	3.116	3.368	-	-	-	-	318.239
Vida útil		de 30 a 50 anos	25 anos	de 10 a 20 anos	3 anos	5 anos	de 5 a 10 anos		de 5 a 6 anos	



## 18. Imobilizado—Continuação

Em 31 de março de 2026, o montante de obras em andamento foi de R\$ 99.155, aplicados em modernização do parque industrial para o aumento de eficiência. Durante o exercício findo em 31 de março de 2026 foi ativado o montante de R\$ 65.967 (R\$ 481.637 em 31 de março de 2025).

O Grupo capitalizou encargos financeiros no montante de R\$ 4.035 durante o exercício findo em 31 de março de 2026 (R\$ 13.415 em 31 de março de 2025).

### b) Garantia

Em 31 de março de 2026, bens com valor contábil de R\$ 318.239 (R\$ 327.840 em 31 de março de 2025), estavam sujeitos à fiança registrada para garantir empréstimos e financiamentos bancários e processos judiciais.

## 19. Direito de uso e passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando uma taxa nominal fixa baseada no endividamento do Grupo, equivalente a aproximadamente 100% do CDI futuro para os arrendamentos reconhecidos. Durante o exercício em 31 de março de 2026, as taxas de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram em média de 10,51%.

<b>Vigência dos contratos</b>	<b>Taxa CDI Futuro</b>
13 a 24 meses	9,83%
25 a 36 meses	9,87%
37 a 48 meses	10,04%
49 a 60 meses	10,31%
61 a 72 meses	10,50%
73 a 84 meses	10,65%
85 a 96 meses	10,76%
97 a 108 meses	10,84%
109 a 120 meses	10,89%
121 a 132 meses	10,92%
133 a 360 meses	10,96%
<b>Média total</b>	<b>10,51%</b>



## 19. Direito de uso e passivo de arrendamento—Continuação

A movimentação do direito de uso em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025 está demonstrada abaixo, respectivamente:

	31/03/2026		
	Terras	Demais Ativos	Total
<b>Ativo</b>			
<b>Saldo inicial em 1º abril de 2025</b>	<b>1.842.512</b>	<b>90.052</b>	<b>1.932.564</b>
Amortização	(308.002)	(46.811)	(354.813)
Amortização mais valia	-	1.006	1.006
Novos contratos e renovações	352.960	50.492	403.452
Baixas	(12.503)	(41.895)	(54.398)
Remensurações (i)	(132.591)	688	(131.903)
<b>Saldo final</b>	<b>1.742.376</b>	<b>53.532</b>	<b>1.795.908</b>

  

	31/03/2025		
	Terras	Demais Ativos	Total
<b>Ativo</b>			
<b>Saldo inicial em 1º abril de 2024</b>	<b>1.503.642</b>	<b>42.770</b>	<b>1.546.412</b>
Combinação de negócios USB (nota 37)	174.148	20.738	194.886
Amortização	(314.373)	(33.482)	(347.855)
Novos contratos e renovações	413.801	60.026	473.827
Baixas	(14.993)	-	(14.993)
Remensurações (i)	80.287	-	80.287
<b>Saldo final</b>	<b>1.842.512</b>	<b>90.052</b>	<b>1.932.564</b>

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025, foi a seguinte:

	31/03/2026		
	Terras	Demais Ativos	Total
<b>Passivo</b>			
<b>Saldo inicial em 1º abril de 2025</b>	<b>1.886.259</b>	<b>95.422</b>	<b>1.981.681</b>
Amortização	(437.740)	(54.775)	(492.515)
Juros provisionados	133.592	6.515	140.107
Novos contratos e renovações	352.960	50.492	403.452
Baixas	(12.503)	(41.895)	(54.398)
Remensurações (i)	(132.591)	688	(131.903)
<b>Saldo final</b>	<b>1.789.977</b>	<b>56.447</b>	<b>1.846.424</b>
Passivo circulante	239.532	18.427	257.959
Passivo não circulante	1.550.445	38.020	1.588.465
	<b>1.789.977</b>	<b>56.447</b>	<b>1.846.424</b>



## 19. Direito de uso e passivo de arrendamento—Continuação

	31/03/2025		
	Terras	Demais Ativos	Total
<b>Passivo</b>			
<b>Saldo inicial em 1º abril de 2024</b>	<b>1.519.760</b>	<b>44.846</b>	<b>1.564.606</b>
Combinação de negócios USB (nota 37)	180.604	21.829	202.433
Amortização	(401.093)	(40.787)	(441.880)
Juros provisionados	107.893	9.508	117.401
Novos contratos e renovações	413.801	60.026	473.827
Baixas	(14.993)	-	(14.993)
Remensurações (i)	80.287	-	80.287
<b>Saldo final</b>	<b>1.886.259</b>	<b>95.422</b>	<b>1.981.681</b>
Passivo circulante	253.011	31.077	284.088
Passivo não circulante	1.633.248	64.345	1.697.593
	<b>1.886.259</b>	<b>95.422</b>	<b>1.981.681</b>

- (ii) Atualização do índice de correção composto, substancialmente, pela variação do preço da CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo) aplicado nos contratos de arrendamento e parceria agrícola, aplicável anualmente.

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

	31/03/2026	31/03/2025
De 1 a 12 meses	257.959	284.088
De 13 a 24 meses	239.718	259.984
De 25 a 36 meses	207.055	238.819
De 37 a 48 meses	194.146	198.799
De 49 a 60 meses	176.755	180.773
De 61 a 72 meses	146.382	159.683
A partir de 73 meses	624.409	659.535
	<b>1.846.424</b>	<b>1.981.681</b>

## 20. Intangível

	Marcas e patentes	Desenvolvimento de produtos	Licenças de software	Ágio	Ativo de contratos	Outros	Total
<b>Em 1º de abril de 2024</b>	<b>9.993</b>	<b>23</b>	<b>8.362</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.850</b>	<b>34.228</b>
Combinação de negócios USB (Nota 37)	-	-	86	308.652	22.190	-	330.928
Adições	67	-	2.036	-	-	-	2.103
Variação cambial	-	2	10	-	-	-	12
Amortização	-	(25)	(2.580)	-	-	(1.335)	(3.940)
<b>Em 31 de março de 2025</b>	<b>10.060</b>	<b>-</b>	<b>7.914</b>	<b>308.652</b>	<b>22.190</b>	<b>14.515</b>	<b>363.331</b>
Custo	10.060	52.995	38.799	308.652	22.190	15.850	448.546
Amortização acumulada	-	(52.995)	(30.885)	-	-	(1.335)	(85.215)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>10.060</b>	<b>-</b>	<b>7.914</b>	<b>308.652</b>	<b>22.190</b>	<b>14.515</b>	<b>363.331</b>
<b>Em 1º de abril de 2025</b>	<b>10.060</b>	<b>-</b>	<b>7.914</b>	<b>308.652</b>	<b>22.190</b>	<b>14.515</b>	<b>363.331</b>
Operação descontinuada (Nota 39)	(9.176)	-	(408)	-	-	-	(9.584)
Variação cambial	-	-	(2)	-	-	-	(2)
Amortização mais valia	-	-	-	-	(22.190)	-	(22.190)
Amortização	-	-	(2.420)	-	-	(667)	(3.087)
<b>Em 31 de Março de 2026</b>	<b>884</b>	<b>-</b>	<b>5.084</b>	<b>308.652</b>	<b>-</b>	<b>13.848</b>	<b>328.468</b>
Custo	884	753	38.325	308.652	22.190	15.850	386.654
Amortização acumulada	-	(753)	(33.241)	-	(22.190)	(2.002)	(58.186)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>884</b>	<b>-</b>	<b>5.084</b>	<b>308.652</b>	<b>-</b>	<b>13.848</b>	<b>328.468</b>



## 20. Intangível—Continuação

### Ágio – Combinação de negócios USB

De acordo com CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, o ágio (*goodwill*), deve ser submetido para teste de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou quando houver indícios de perda de valor. O teste anual de perda no valor recuperável (*impairment*) é realizado no final do mês de março de cada ano safra. No teste, os ativos foram agrupados em uma única Unidade Geradora de Caixa “UGC” que corresponde ao menor grupo de ativos geradores de fluxos de caixa independentes.

Em 31 de março de 2026 o valor em uso foi determinado por modelos de fluxos de caixa descontados a valor presente, baseados em orçamento financeiro para safra 26/27 aprovado pelo Conselho de Administração e pelas projeções dos orçamentos financeiros para as próximas quatro safras (com base no Planejamento Estratégico), acumulando o período de cinco anos safras, acrescidos de perpetuidade, considerando as informações disponíveis no momento do cálculo.

As principais premissas utilizadas nas projeções são:

	<u>31/03/2026</u>
Taxa média de crescimento da receita operacional	10,1%
Taxa de crescimento nominal na perpetuidade	4,0%
Taxa de desconto nominal (WACC)	9,46%

Assim, não foram identificadas perdas por *impairment* no exercício findo de 31 de março de 2026, bem como os cálculos realizados pela administração demonstram que não é provável a apuração de perdas por *impairment* dado o valor em uso ser superior ao valor contábil nestas datas.

## 21. Fornecedores

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Fornecedores de cana-de-açúcar	75.126	141.699
Fornecedores de bens e serviços	171.771	198.095
	<u>246.897</u>	<u>339.794</u>



## 22. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Taxa média ponderada (% ao ano)	Indexador	Ano de vencimento	31/03/2026	31/03/2025
<b>Empréstimos e financiamentos</b>					
Moeda nacional:					
Linha do BNDES	11,80	PRÉ	2027	429	1.815
Linha do BNDES	6,33	IPCA+ (TLP)	2030	64.865	82.549
FINAME	-	SELIC+	-	-	26.666
FINEP	1,00	TJLP	2029	34.252	42.393
Crédito rural	1,33	CDI+	2031	540.353	348.942
Crédito rural	13,00	PRÉ	2026	9.270	-
Capital de giro	1,42	CDI+	2029	224.419	457.308
CRA	14,53	PRÉ	2032	282.693	-
CRA	7,04	IPCA+	2035	631.131	578.974
CRA	0,70	CDI+	2032	1.239	159.766
Debêntures (i)	7,88	IPCA+	2034	1.716.592	1.642.727
Debentures	1,20	CDI+	2032	415.348	411.294
				<b>3.920.591</b>	<b>3.752.434</b>
Moeda estrangeira:					
Empréstimo externo (EUR)	-	Var. cambial + EURIBOR	-	-	43.141
				<b>-</b>	<b>43.141</b>
<b>Financiamentos - Cooperativa</b>					
Moeda nacional:					
Letra de câmbio	4,45	PRÉ		63.145	56.051
				<b>3.983.736</b>	<b>3.851.626</b>
Circulante				1.028.869	427.013
Não circulante				<b>2.954.867</b>	<b>3.424.613</b>

(i) O montante está indexado à taxa média de CDI+1,02% a.a. via contratos de swaps.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/03/2026	31/03/2025
De 13 a 24 meses	431.582	962.646
De 25 a 36 meses	412.433	461.698
De 37 a 48 meses	343.851	383.932
De 49 a 60 meses	618.323	275.566
De 61 a 72 meses	505.245	546.680
A partir de 73 meses	643.433	794.091
	<b>2.954.867</b>	<b>3.424.613</b>



## 22. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

As linhas de empréstimos, financiamentos e debêntures possuem, ainda, avais de companhias ligadas, fiança bancária para operações BNDES, FINEP e COPERSUCAR, e alienação fiduciária de bens.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures possuem as seguintes movimentações durante o exercício encerrado em março de 2026:

	Saldo inicial em 1º de abril de 2025	Operação descontinuada (nota 39)	Liberações	Pagamentos Principal	Pagamento de Juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo final em 31 de Março de 2026
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.795.575	(43.141)	546.860	(481.734)	(372.757)	475.788	3.920.591
Financiamentos - Cooperativa	56.051	-	752.940	(745.846)	(2.620)	2.620	63.145
<b>Total</b>	<b>3.851.626</b>	<b>(43.141)</b>	<b>1.299.800</b>	<b>(1.227.580)</b>	<b>(375.377)</b>	<b>478.408</b>	<b>3.983.736</b>

### a) Obrigações contratuais

O Grupo possui algumas obrigações contratuais, como manutenção de certos índices financeiros, operacionais e de performance financeira, apresentação das demonstrações financeiras combinadas auditadas com parecer do auditor independente sem ressalvas e limitações na realização de operações relativas à cisão, incorporação e fusão das companhias combinadas e manutenção de certos índices financeiros, operacionais e de performance financeira i) razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA Ajustado combinado Zilor; ii) Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo circulante sem considerar o Ativo Biológico); iii) razão entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido. Todas essas obrigações decorrentes as cláusulas dos *covenants* referentes à emissão dos CRA e Debêntures Incentivadas com colocação restrita que possuem exigências financeiras que estão sendo cumpridas.

### b) Juros provisionados, juros pagos e taxa média ponderada

A taxa média ponderada sobre a totalidade dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de março de 2026 foi de 13,27% a.a. equivalente à CDI -1,20% (14,34% a.a. equivalente à CDI +0,17% em março de 2025). Os juros totais provisionados sobre os empréstimos e financiamentos foram de R\$ 478.408 (R\$ 444.864 em março de 2025).

Os juros efetivamente pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures foram de R\$ 375.377 (R\$ 328.266 em março de 2025), sem considerar os juros financeiros ativos sobre as aplicações financeiras no valor de R\$ 249.619 (R\$ 177.391 em março de 2025) (nota explicativa 31). Considerando uma base de caixa líquida, o custo financeiro sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures foi de R\$ 125.758 (R\$ 150.875 em março de 2025).



## 23. Obrigações com a Cooperativa

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Letra de câmbio (i)	136.531	140.359
<b>Obrigações com a Cooperativa</b>	<b>136.531</b>	<b>140.359</b>

(i) Letra de câmbio

Corresponde a recursos disponibilizados aos cooperados para financiamento de suas operações, por meio de sobra de caixa obtido através de liminares em processos judiciais que pleiteiam a suspensão de exigibilidades, venda de ativos imobilizados e investimentos. Os valores são corrigidos mensalmente pela taxa SELIC e os juros auferidos não são exigíveis no curto prazo.

## 24. Salários e contribuições sociais

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Salários e ordenados	16.369	17.201
Remuneração variável – Plano de participação nos resultados	45.896	54.173
Provisão para férias, 13ª salário e encargos	34.566	37.796
Contribuição social com empregados	15.205	14.860
Outras contribuições	504	1.684
	<b>112.540</b>	<b>125.714</b>

## 25. Outros passivos

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Adiantamento de venda (i)	-	66.500
Adiantamento de cliente	2.318	29.752
Outras contas a pagar	34.040	26.568
	<b>36.358</b>	<b>122.820</b>

(i) Adiantamento referente a parceria estratégica junto ao *Groupe Lesaffre S.A*, sobre a venda de 70% da Biorigin. Os detalhes da operação estão descritos na nota 39.



## 26. Provisões

	1º de abril de 2025	Adições	Reversões	Utilizações	Atualização monetária	31 de Março de 2026
Tributárias	807.239	2.153	(3.433)	(7.180)	586	799.365
Cíveis e ambientais	4.470	1.258	(18)	(374)	210	5.546
Trabalhistas	26.210	8.462	(6.828)	(3.678)	2.169	26.335
<b>Total de passivos contingentes</b>	<b>837.919</b>	<b>11.873</b>	<b>(10.279)</b>	<b>(11.232)</b>	<b>2.965</b>	<b>831.246</b>

Na linha tributárias está sendo considerado ações indenizatórias do IAA no montante de R\$ 788.431 em março de 2026 (R\$ 788.431 em março de 2025).

O Grupo possui também outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 616.640 em março de 2026 (R\$ 590.759 em março de 2025). Além desses, existem outros processos que foram mensurados como remotos. Em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras combinadas. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem o Grupo nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor do Grupo, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.

Do montante apresentado de contingências passivas, com risco possível de perda, destaca-se o processo de debêntures que resultou em dois autos de infração, em resumo, a Açucareira Quatá S.A. obteve insumos (cana-de-açúcar) da Companhia Agrícola Quatá e registrou os valores a pagar, fato que acarretou o acúmulo de dívidas. Em dezembro de 2002, os créditos associados a tais dívidas foram utilizados para a subscrição de debêntures, a fim de conferir maior liquidez para o credor, bem como remuneração considerada mais adequada. No ano de 2012, teve início uma fiscalização, a qual resultou em autuações sobre os anos de 2009 a 2012, tendo em vista a glosa das despesas com a emissão de debêntures. São dois autos de infração que atualizados somam R\$ 397.744, sendo os principais processos divulgados.

Além desses, existem outros processos que foram mensurados como remotos. Em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras combinadas. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem o Grupo e suas controladas nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor da do Grupo, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.



## 27. Instrumentos financeiros

### a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	31/03/2026			Hierarquia do valor justo	
	Valor contábil		Total		Nível 2
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado			
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras	2.439.521	-	2.439.521	2.439.521	
Instrumentos financeiros derivativos	49.526	-	49.526	49.526	
<b>Total</b>	<b>2.489.047</b>	<b>-</b>	<b>2.489.047</b>	<b>2.489.047</b>	
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	-	103.946	103.946	103.946	
Contas a receber de clientes	-	41.677	41.677	41.677	
Contas correntes - Cooperativa	-	43.959	43.959	43.959	
Dividendos a receber	-	719	719	719	
Mútuo financeiro	-	1.129	1.129	1.129	
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>191.430</b>	<b>191.430</b>	<b>191.430</b>	
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>					
Fornecedores	-	246.897	246.897	246.897	
Instrumentos financeiros derivativos	9.134	-	9.134	9.134	
Empréstimos e financiamentos	-	3.983.736	3.983.736	3.983.736	
Obrigações com a Cooperativa	-	136.531	136.531	136.531	
Outros passivos	-	36.358	36.358	36.358	
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	227.653	227.653	227.653	
<b>Total</b>	<b>9.134</b>	<b>4.631.175</b>	<b>4.640.309</b>	<b>4.640.309</b>	



## 27. Instrumentos financeiros—Continuação

### a) Classificação contábil e valores justos--Continuação

	Valor contábil			31/03/2025
				Hierarquia do valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras	1.928.635	-	1.928.635	1.928.635
Instrumentos financeiros derivativos	6.075	-	6.075	6.075
<b>Total</b>	<b>1.934.710</b>	<b>-</b>	<b>1.934.710</b>	<b>1.934.710</b>
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	168.091	168.091	168.091
Contas a receber de clientes	-	149.404	149.404	149.404
Contas correntes - Cooperativa	-	69.727	69.727	69.727
Dividendos a receber	-	458	458	458
Mútuo financeiro	-	636	636	636
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>388.316</b>	<b>388.316</b>	<b>388.316</b>
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>				
Fornecedores	-	339.794	339.794	339.794
Instrumentos financeiros derivativos	32.916	-	32.916	32.916
Empréstimos e financiamentos	-	3.851.626	3.851.626	3.851.626
Obrigações com a Cooperativa	-	140.359	140.359	140.359
Outros passivos	-	122.820	122.820	122.820
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	102.009	102.009	102.009
<b>Total</b>	<b>32.916</b>	<b>4.556.608</b>	<b>4.589.524</b>	<b>4.589.524</b>

### b) Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de taxa de câmbio; e
- Risco de taxa de juros

#### i) *Estrutura de gerenciamento de risco*

O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Finanças, Auditoria e Risco ("CFAR"), que é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.



## 27. Instrumentos financeiros—Continuação

### b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

#### i) Estrutura de gerenciamento de risco--*Continuação*

O Grupo é responsável pela gestão global do sistema de riscos, atuando na elaboração, acompanhamento e controle de planos de ação voltados à eliminação, mitigação e monitoramento dos riscos que possam impactar suas operações.

Em outubro de 2021, o Grupo instituiu uma área especializada em controles internos, com o objetivo de proteger seu patrimônio, assegurar a exatidão e confiabilidade dos dados contábeis, promover a eficiência operacional e garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela diretoria.

Além disso, foi contratada uma auditoria de renome para prestar suporte ao Conselho por meio da auditoria interna. Complementarmente, o Grupo criou uma área de gestão de riscos, responsável por mapear, monitorar e estruturar planos de ação voltados à mitigação dos riscos identificados.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, definir limites de riscos e controles apropriados, e monitorar continuamente tanto os riscos quanto à conformidade com os limites estabelecidos. Essas políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados periodicamente, de forma a refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades operacionais do Grupo. Por meio de normas internas, procedimentos de treinamento e práticas de gestão, o Grupo busca manter um ambiente disciplinado e controlado, no qual todos os colaboradores estejam conscientes de suas responsabilidades e obrigações.

#### ii) *Risco de crédito*

O risco de crédito é o risco de o Grupo incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. A comercialização de açúcar e etanol é realizada por meio da Cooperativa, sem indícios de risco de crédito. Já a comercialização de energia no Mercado Livre ocorre por meio da parceria com a comercializadora, no qual a Copersucar é acionista, o que contribui para uma redução significativa do risco de contraparte. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima ao risco de crédito.



## 27. Instrumentos financeiros—Continuação

### b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

#### ii) *Risco de crédito*--Continuação

##### Contas a receber e ativos de contrato

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a diretoria também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

O conselho de Administração do Grupo estabeleceu uma política de crédito, constantemente monitorado pelo Comitê de Finanças, Auditoria e Risco, na qual cada novo cliente é analisado individualmente quando à sua condição financeira antes do grupo apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pelo grupo inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras individuais e consolidadas, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias.

Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação do Comitê.

O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de 12 meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente.

O Grupo não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis.

O Grupo não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais, consistindo em um grande número de pequenos saldos.

As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de 'rolagem' com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa.

Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o exercício em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.



## 27. Instrumentos financeiros—Continuação

### b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

#### iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto 'Fornecedores') para os próximos 60 dias. O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa provenientes do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'.

#### Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	31/03/2026						
	Valor contábil	Valor total de fluxos de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais do que 5 anos
<b>Passivos</b>							
Fornecedores	246.897	246.897	123.449	123.448	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.983.736	3.983.736	514.435	514.434	431.582	1.374.607	1.148.678
Passivo de arrendamento	1.846.424	1.846.424	128.980	128.979	239.718	577.956	770.791
Instrumentos financeiros derivativos	9.134	9.134	4.567	4.567	-	-	-
Obrigações com a Cooperativa	136.531	136.531	-	-	-	-	136.531
Outros passivos	36.358	36.358	18.179	18.179	-	-	-
	<b>6.259.080</b>	<b>6.259.080</b>	<b>789.610</b>	<b>789.607</b>	<b>671.300</b>	<b>1.952.563</b>	<b>2.056.000</b>

  

	31/03/2025						
	Valor contábil	Valor total de fluxos de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais do que 5 anos
<b>Passivos</b>							
Fornecedores	339.794	339.794	169.897	169.897	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.851.626	3.851.626	213.507	213.506	919.505	1.121.196	1.383.912
Passivo de arrendamento	1.981.681	1.981.681	142.044	142.044	259.984	618.391	819.218
Instrumentos financeiros derivativos	32.916	32.916	16.458	16.458	-	-	-
Obrigações com a Cooperativa	140.359	140.359	-	-	-	-	140.359
Outros passivos	122.820	122.820	61.410	61.410	-	-	-
	<b>6.469.196</b>	<b>6.469.196</b>	<b>603.316</b>	<b>603.315</b>	<b>1.179.489</b>	<b>1.739.587</b>	<b>2.343.489</b>

Os fluxos divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os que têm liquidação simultânea bruta.



## 27. Instrumentos financeiros—Continuação

### d) Gerenciamento dos riscos financeiros—Continuação

#### iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração do Grupo e constantemente monitoradas pelo Comitê de Finanças, Auditoria e Risco.

#### v) *Risco cambial*

O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo. As moedas funcionais do Grupo são principalmente o Real (R\$), o Dólar Norte-Americano (USD) e o Euro (€).

#### Exposição ao risco cambial

Um resumo da exposição ao risco cambial do Grupo, conforme reportado está apresentado abaixo:

	31/03/2026		31/03/2025	
	Atrelado ao USD	Atrelado ao Euro	Atrelado ao USD	Atrelado ao Euro
Caixa e equivalentes de caixa	512	53	8.793	8.853
Clientes a receber	2.055	1.785	6.964	13.190
Fornecedores	(5.821)	-	(5.821)	(440)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(6.959)
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	-	-	8.300	9.600
<b>Exposição líquida</b>	<b>(3.254)</b>	<b>1.838</b>	<b>18.236</b>	<b>24.244</b>

A exposição líquida está dentro dos limites suportados pela condição econômica, patrimonial e operacional do Grupo, buscando contrapor o fluxo operacional advindo dos efetivos recebíveis em moeda estrangeira e das futuras exportações. Para tanto, a gestão financeira do Grupo implementou uma política de gestão diária medindo o fluxo financeiro no horizonte de três anos vis a vis às exposições cambiais, objetivando assegurar de forma gerencial a efetividade do hedge, seja através dos financiamentos mantidos em moeda estrangeira ou da contratação de instrumentos financeiros derivativos de proteção.



## 27. Instrumentos financeiros—Continuação

### b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

#### v) *Risco cambial*--Continuação

##### Análise de sensibilidade

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real, USD e € contra todas as outras moedas em 31 de março de 2026, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

		25%	50%	-25%	-50%
	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026
Caixa e equivalentes de caixa	565	141	283	(141)	(283)
Clientes a receber	3.840	960	1.920	(960)	(1.920)
Fornecedores	(5.821)	(1.455)	(2.911)	1.455	2.911
<b>Exposição líquida</b>	<b>(1.416)</b>	<b>(354)</b>	<b>(708)</b>	<b>354</b>	<b>708</b>

		25%	50%	-25%	-50%
	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025
Caixa e equivalentes de caixa	17.646	4.412	8.823	(4.412)	(8.823)
Clientes a receber	20.154	5.039	10.077	(5.039)	(10.077)
Fornecedores	(6.261)	(1.565)	(3.131)	1.565	3.131
Empréstimos e financiamentos	(6.959)	(1.740)	(3.480)	1.740	3.480
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	(17.900)	(4.475)	(8.950)	4.475	8.950
<b>Exposição líquida</b>	<b>6.680</b>	<b>1.671</b>	<b>3.339</b>	<b>(1.671)</b>	<b>(3.339)</b>

#### vi) *Risco de taxa de juros*

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis.

##### Hedge de fluxo de caixa

O Grupo possui operações de swap, onde troca a exposição do IPCA e taxa pré-fixada pelas variações do CDI, para a proteção dos ativos financeiros atrelados as variações do CDI no qual o risco sintético são as variações do IPCA.

O objetivo das transações envolvendo esse derivativo está relacionado à operação da AQ que, a partir da contratação de operações de endividamentos, são originados os riscos aos indexadores das respectivas dívidas. A execução do *hedge* tem como objetivo mitigar ou neutralizar a exposição a estes riscos.



## 27. Instrumentos financeiros—Continuação

### b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

#### vi) *Risco de taxa de juros*—Continuação

##### Hedge de fluxo de caixa—Continuação

Abaixo a relação dos itens de swap designados em 31 de março de 2026 para o *hedge* de fluxo de caixa:

Instrumento	Objeto	Principal	Indexador ativo	Indexador passivo	Vencimento
Swap	3ª debêntures	499.684	100% IPCA + 7,87%	100% CDI + 0,09%	17/07/2034
Swap	4ª debêntures	300.000	100% IPCA + 7,31%	100% CDI + 1,70%	15/01/2031
Swap	5ª debêntures	300.000	100% IPCA + 7,25%	100% CDI + 1,40%	16/12/2030
Swap	6ª debêntures	500.000	100% IPCA + 8,63%	100% CDI + 1,45%	15/12/2032
Swap	CRA 3ª série	19.873	100% IPCA + 8,63%	100% CDI + 1,22%	15/12/2032

O impacto dos instrumentos de *hedge* no balanço patrimonial combinado é apresentado abaixo:

Instrumento	Objeto	Valor nocional	Valor contábil	Linha nas demonstrações financeiras	31/03/2026
					Mudança no valor justo usado para mensuração da inefetividade
Swap	3ª debêntures	499.684	520.474	Empréstimos, financiamentos e debêntures passivo circulante e passivo não circulante	26.541
Swap	4ª debêntures	300.000	332.953	Empréstimos, financiamentos e debêntures passivo circulante e passivo não circulante	9.935
Swap	5ª debêntures	300.000	328.078	Empréstimos, financiamentos e debêntures passivo circulante e passivo não circulante	719
Swap	6ª debêntures	500.000	535.087	Empréstimos, financiamentos e debêntures passivo circulante e passivo não circulante	12.331
Swap	CRA 3ª série	19.873	304.074	Empréstimos, financiamentos e debêntures passivo circulante e passivo não circulante	(57)
		<b>1.619.557</b>	<b>2.020.666</b>		<b>49.469</b>



## 27. Instrumentos financeiros—Continuação

### b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

#### vi) *Risco de taxa de juros*—Continuação

#### Hedge de fluxo de caixa—Continuação

O impacto dos itens protegidos por *hedge* no balanço patrimonial combinado é apresentado abaixo:

		31/03/2026	
<u>Instrumento</u>	<u>Objeto</u>	<u>Mudança no valor justo usado para mensuração da inefetividade</u>	<u>Reserva de hedge de fluxo de caixa</u>
Swap	3ª debêntures	26.541	4.288
Swap	4ª debêntures	9.935	4.473
Swap	5ª debêntures	719	4.083
Swap	6ª debêntures	(57)	(8.400)
Swap	CRA 3ª série	49.469	52
		<b>86.607</b>	<b>4.496</b>

O efeito do *hedge* de fluxo de caixa na demonstração combinada do resultado e em outros resultados abrangentes é demonstrada abaixo:

		31/03/2026	
<u>Instrumento</u>	<u>Objeto</u>	<u>Ganho (perda) reconhecido em outros resultados abrangentes</u>	<u>Inefetividade reconhecida no resultado</u>
Swap	3ª debêntures	4.288	22.253
Swap	4ª debêntures	4.473	27.774
Swap	5ª debêntures	4.083	18.205
Swap	6ª debêntures	(8.400)	20.730
Swap	CRA 3ª série	52	(109)
		<b>4.496</b>	<b>88.853</b>

Em 31 de março de 2026 o montante de ganho de R\$ 2.967 com a baixa em outros resultados abrangentes de *hedge* de fluxo de caixa, líquido de impostos e ganho *accrual* de R\$ 34.319 em resultado financeiro.

O Grupo possui outras operações de derivativos, conforme detalhado na nota explicativa 22, e está avaliando a viabilidade de sua designação para possíveis alocações de *hedge accounting*.



## 27. Instrumentos financeiros—Continuação

### c) Gerenciamento dos riscos ambientais

O Grupo considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais.

O Grupo diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamentos de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A diretoria do Grupo acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Ainda em relação aos aspectos ambientais é importante mencionar a relevância do RenovaBio ao país e ao setor sucroenergético. O grupo foi certificado através de suas unidades produtivas a participar no programa que fomenta a importância do etanol de cana-de-açúcar na matriz energética do país, contribuindo para que o Brasil atenda ao acordo de Paris com a redução das emissões de gases de efeito estufa do setor de transportes.

## 28. Receita operacional líquida

### a) Fluxos da receita

O Grupo gera receita principalmente pela venda de açúcar e etanol, derivados de levedura e receita de venda de energia elétrica.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
		Reapresentado (i)
<b>Receita bruta de produtos e serviços</b>	<b>3.994.249</b>	<b>3.590.800</b>
Impostos sobre vendas	(382.653)	(310.974)
Devoluções e abatimentos	(2.832)	(3.138)
	<b><u>3.608.764</u></b>	<b><u>3.276.688</u></b>



## 28. Receita operacional líquida—Continuação

### (i) Desagregação da receita de contratos com clientes—Continuação

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
		<b>Reapresentado (i)</b>
<b>Mercado interno:</b>		
Etanol	1.738.316	1.408.688
Açúcar	756.723	815.689
Energia elétrica	244.041	197.034
Derivados de levedura	74.349	68.335
Outras receitas - CBIOS	34.187	47.128
Outras vendas	6.308	981
	<u>2.853.924</u>	<u>2.537.855</u>
<b>Mercado externo:</b>		
Derivados de levedura	79.491	242.944
Açúcar	978.626	762.239
Etanol	82.208	47.762
	<u>1.140.325</u>	<u>1.052.945</u>
<b>Receita bruta de produtos e serviços</b>	<u><b>3.994.249</b></u>	<u><b>3.590.800</b></u>
Impostos sobre vendas	(382.653)	(310.974)
Devoluções e abatimentos	(2.832)	(3.138)
	<u><b>3.608.764</b></u>	<u><b>3.276.688</b></u>

(i) Reapresentado conforme requerido pelo CPC 31 em função das operações descontinuadas, conforme nota explicativa 39.

### i) Venda de produtos - açúcar e etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da AQ em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no PN 66.

### ii) *Venda de produtos - derivados de levedura, energia elétrica e outros*

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens tenham sido transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.



## 29. Despesas operacionais por natureza

	31/03/2026	31/03/2025
		Reapresentado (i)
<b>Custo</b>		
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(1.433.929)	(1.381.420)
Depreciação e amortização	(684.788)	(636.970)
Despesas com pessoal	(386.593)	(330.710)
Baixa de insumos	(18.799)	(11.438)
Serviços prestados por terceiros	(186.844)	(175.145)
Variação no valor justo do ativo biológico	(80.942)	(56.370)
Outros gastos	(20.372)	(16.508)
	<b>(2.812.267)</b>	<b>(2.608.561)</b>
<b>Despesas com vendas</b>		
Rateio despesas - Copersucar	(11.925)	(12.214)
Gastos com armazenagens	(197)	(2.822)
Despesas com pessoal	(12.645)	(17.795)
Frete	(49)	(11.376)
Serviços prestados por terceiros	(7.097)	(13.671)
Depreciação e amortização	(7.701)	(7.384)
Aluguéis	(2.348)	(4.202)
Outros	(6.640)	(7.192)
	<b>(48.602)</b>	<b>(76.656)</b>
<b>Despesas administrativas de gerais</b>		
Despesas com pessoal	(107.912)	(103.350)
Serviços prestados por terceiros	(67.934)	(74.664)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(170)	(4.644)
Despesas compartilhadas com empresas ligadas	21.485	-
Depreciação e amortização	(9.430)	(11.106)
Aluguéis	(2.011)	(1.911)
Doações	(1.026)	(3.219)
Outros	(46.190)	(11.427)
	<b>(213.188)</b>	<b>(210.321)</b>
<b>Total despesas e custo</b>	<b>(3.074.057)</b>	<b>(2.895.538)</b>
<b>Classificadas como:</b>		
Custo dos produtos vendidos	(2.731.325)	(2.552.191)
Variação no valor justo do ativo biológico	(80.942)	(56.370)
Despesas de vendas	(48.602)	(76.656)
Despesas administrativas e gerais	(213.188)	(210.321)
	<b>(3.074.057)</b>	<b>(2.895.538)</b>

(i) Reapresentado conforme requerido pelo CPC 31 em função das operações descontinuadas, conforme nota explicativa 39.



### 30. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
		Reapresentado (i)
Ganho de capital na alienação de investimento (ii)	293.497	-
Ganho de capital ao valor justo do investimento	26.608	-
Amortização mais valia na compra da USB	(17.943)	-
Resultado com vendas e baixas de imobilizado	16.738	4.115
Provisões para contingências	7.561	1.994
Despesas com processos judiciais	(11.927)	(14.242)
Outras	19.840	(5.192)
	<u><b>334.374</b></u>	<u><b>(13.325)</b></u>

- (i) Reapresentado conforme requerido pelo CPC 31 em função das operações descontinuadas, conforme nota explicativa 39.
- (ii) Referem-se, ao ganho de capital apurado na alienação parcial da participação na Biorigin S.A. O valor corresponde à diferença entre o valor de venda da participação e o valor contábil do investimento baixado. Informações adicionais sobre a operação estão divulgadas na nota explicativa 39.

### 31. Receitas financeiras

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
		Reapresentado (i)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	164.470	36.717
Juros sobre aplicações financeiras	249.619	177.391
Juros sobre atualização de créditos tributários	12.222	5.675
Juros sobre operações com a Cooperativa	522	5.719
Juros sobre demais operações e descontos financeiros	1.925	(4.416)
	<u><b>428.758</b></u>	<u><b>221.086</b></u>

- (i) Reapresentado conforme requerido pelo CPC 31 em função das operações descontinuadas, conforme nota explicativa 39.

### 32. Despesas financeiras

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
		Reapresentado (i)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(474.373)	(412.786)
Despesas com captação de debêntures	(17.095)	(21.489)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	(221.854)	(91.256)
Despesa financeiras com arrendamentos (CPC 06 (R2))	(140.107)	(113.841)
Juros sobre demais operações	(12.303)	(10.546)
Despesas bancárias	(386)	(432)
Juros sobre operações com a Cooperativa	(8.975)	(14.202)
Impostos e contribuições sobre operações financeiras	(21.131)	(11.720)
Juros sobre atualização de débitos tributários e contingências	(563)	(331)
	<u><b>(896.787)</b></u>	<u><b>(676.603)</b></u>

- (i) Reapresentado conforme requerido pelo CPC 31 em função das operações descontinuadas, conforme nota explicativa 39.



### 33. Variações cambiais líquidas

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
		Reapresentado (i)
Variação cambial ativa		
Empréstimos e financiamentos	-	3.575
Demais operações	11.418	69.423
	<u>11.418</u>	<u>72.998</u>
Variação cambial passiva		
Empréstimos e financiamentos	-	(20.062)
Demais operações	(22.327)	(32.481)
	<u>(22.327)</u>	<u>(52.543)</u>
<b>Variações cambiais líquidas</b>	<b><u>(10.909)</u></b>	<b><u>20.455</u></b>

(i) Reapresentado conforme requerido pelo CPC 31 em função das operações descontinuadas, conforme nota explicativa 39.

### 34. Compromissos

#### a) Compra de cana-de-açúcar

O Grupo possui compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção com contratos até 2048 com possibilidade de prorrogação. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em estimativa de colheita por área geográfica. O montante a ser pago pela AQ será determinado ao término de cada exercício de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA-SP. A adoção da fixação de preços é opcional, com o objetivo de garantir fluxos de caixa mais estáveis e previsíveis para a Companhia.

#### *Contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras*

O Grupo possui contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras para plantio de cana-de-açúcar, nota explicativa 19, que geralmente terminam em até 20 anos. Os pagamentos relacionados a essas obrigações são calculadas basicamente pelo preço acumulado do ATR divulgado pelo CONSECANA e o volume de cana-de-açúcar por hectare, definido contratualmente.

Além dos compromissos de compra, a AQ na qualidade de cooperada da Cooperativa, possui toda sua produção de açúcar e etanol compromissada com a Cooperativa pelos próximos 3 anos.

### 35. Avais, fianças e garantias

O Grupo é avalista de seus principais fornecedores de cana-de-açúcar em operações de empréstimos e financiamentos. O montante líquido de R\$ 3.802 foi liquidado na safra 25/26.

<u>Operação</u>	<u>Empresa Avalista</u>	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Parceiros agrícolas	Açucareira Quatá S.A	-	3.802
		<u>-</u>	<u>3.802</u>



### 36. Seguros

O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela diretoria para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações, e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de março de 2026, o Grupo possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Seguros Operação Brasil		
Bens Segurados	Riscos Cobertos	Montante máximo da cobertura
Prédios, instalações, móveis, máquinas e utensílios - Usina e Biorigin	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	R\$ 350.000.000
	Lucros Cessantes	R\$ 184.241.771
Prédios, instalações, móveis, máquinas e utensílios - Escritórios e Armazém Paulínia	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	R\$ 145.000.000
Veículos	Casco	100% Tabela Fipe
	Danos Materiais	R\$ 150.000
	Danos Corporais	R\$ 200.000
	Danos Morais	R\$ 200.000
Equipamentos Agrícolas - Benfeitoria	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	R\$ 10.916.068
	Danos Elétrico	30% do valor do equipamento sinistrado
Equipamentos Agrícolas - Penhor Rural	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	Variável pelo valor do bem
	Danos Elétrico	30% do valor do equipamento sinistrado
Responsabilidade Civil Geral	Danos causados a terceiros em virtude da operação da empresa	USD 20.000.000
	Danos ao empregado	USD 20.000.000
D&O (Responsabilidade Civil Diretores e Administradores)	Ações contra diretores e Administradores	R\$ 100.000.000
Transporte Nacional	Danos causados a mercadorias e/ou maquinários durante transporte inland	R\$ 3.000.000
Transporte Importação	Danos Causados a mercadoria durante o transporte de importação	USD 2.500.000
Transporte Exportação	Danos Causados a mercadoria durante o transporte de exportação	USD 1.700.000

O escopo de nossos auditores independentes não incluiu a análise das suficiências de seguros.



### 37. Combinação de negócios

Em 29 de novembro de 2024, foi concluída a aquisição da controlada Salto Botelho Agroenergia S.A. (USB) pelo Grupo. O valor base da transação foi de R\$ 600.000. Após ajustes de preço contratuais, o valor da compra totalizou R\$ 324.307, correspondente à totalidade das ações representativas do capital social da empresa, anteriormente em poder da AMERRA Capital Management.

Na data da aquisição, foram pagos R\$ 278.429, além de R\$ 50.000 depositados em conta restrita (Escrow), dos quais, o montante de R\$ 4.122 são ajustes de preço revertidos a favor do Grupo. Dessa forma, a contraprestação paga totalizou R\$ 324.307.

No primeiro aniversário da aquisição da USB, celebrado em dezembro de 2025, foi realizada a liberação parcial dos valores depositados em conta Escrow, totalizando R\$ 19.500, permanecendo retido um saldo de R\$ 30.500.

Após a aquisição, o Grupo efetuou aumentos de capital na USB no total de R\$ 444.928, sendo R\$ 315.000 em março de 2026 e R\$ 129.928 em março de 2025.

A compra visa ampliar a produção de açúcar, etanol e energia elétrica do Grupo. Com a aquisição, o Grupo passa a ter quatro unidades agroindustriais em São Paulo, aumentando sua capacidade de moagem em 15%, totalizando 13,8 milhões de toneladas. O Grupo contará com aproximadamente 4.600 colaboradores após a aquisição. Localizado na cidade de Lucélia/SP, o parque industrial da USB possui capacidade de moagem de 1,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, direcionada para a produção de etanol anidro, hidratado e açúcar VHP. A unidade tem capacidade para produzir diariamente até 600 m<sup>3</sup> de etanol e 820 toneladas de açúcar VHP, além de contar com uma usina de cogeração de energia com 12 MW de potência, empregando diretamente cerca de 700 pessoas na região.

A transação reforça o compromisso do Grupo com o crescimento sustentável, a qualidade dos produtos e os benefícios para o meio ambiente e as comunidades locais.



### 37. Combinação de negócios—Continuação

Destacamos que o Grupo em conjunto com seus assessores, está elaborando análises para melhor mensuração e reconhecimento do ágio decorrente da aquisição da USB, por esse motivo o Grupo mensurou preliminarmente o valor justo dos ativos e passivos identificáveis da USB na data da aquisição como apresentados a seguir:

Rubricas	Nota	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		29.169
Estoques		23.831
Ativos biológicos	11	26.944
Adiantamentos a fornecedores		48.675
Imobilizado	18	210.415
Direito de uso	19	194.886
Intangível	20	22.276
Outros ativos		30.979
Fornecedores		(75.073)
Salários e contribuições sociais		(10.768)
Empréstimos e financiamentos		(191.311)
Partes relacionadas		(42.597)
Passivo de arrendamento	19	(202.433)
Passivo fiscal diferido	15	(22.444)
Outros passivos		(26.894)
<b>Total dos ativos e passivos líquidos identificáveis</b>		<b>15.655</b>
<b>Ágio na aquisição</b>		<b>308.652</b>
<b>Total da contraprestação</b>		<b>324.307</b>

O Grupo mensura os passivos de arrendamento assumidos pelo valor presente dos pagamentos remanescentes na data da aquisição. Os ativos de direito de uso foram mensurados por montante equivalente ao passivo de arrendamento e ajustados para refletir os termos favoráveis desses arrendamentos em comparação aos termos de mercado.

O passivo fiscal diferido compreende basicamente os efeitos da depreciação acelerada de ativos permanentes e mais valia de ativos a valor justo.

Desde a data da aquisição, a USB contribuiu para o Grupo com receitas de R\$ 406.545 e lucro de R\$ 1.510 em março de 2026 (R\$ 24.321 e prejuízo de R\$ 13.555 em março de 2025). Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício da safra 24/25, as receitas do Grupo decorrentes da USB totalizariam R\$ 331.766 em março de 2025.



### 38. Transações não caixa

As transações que não envolvem caixa relacionadas às atividades operacionais, de financiamento e investimento são como segue:

Transações de investimentos que não envolvem caixa	31/03/2026	31/03/2025
<b>Em função da combinação de negócios (nota 37)</b>		
Estoque	-	23.831
Ativos biológicos	-	26.944
Imposto a recuperar	-	6.784
Adiantamentos a fornecedores	-	48.675
Imobilizado	-	210.415
Direito de uso	-	194.886
Ágio	-	308.652
Intangível	-	22.276
Outros ativos	-	24.195
Fornecedores	-	(75.073)
Salários e contribuições sociais	-	(10.768)
Empréstimos e financiamentos	-	(191.311)
Partes relacionadas	-	(42.597)
Passivo de arrendamento	-	(202.433)
Passivo fiscal diferido	-	(22.444)
Outros passivos	-	(26.894)
	<b>-</b>	<b>295.138</b>
<b>Em função do direito de uso e arrendamento a pagar (nota 19)</b>		
Novos contratos	403.452	473.827
Remensuração	(131.903)	80.287
	<b>271.549</b>	<b>554.114</b>
<b>Em função do adiantamento de venda da participação do investimento (nota 25)</b>		
Outros passivos	(66.500)	-
	<b>(66.500)</b>	<b>-</b>
<b>Em função de alienação de investimento (nota 39)</b>		
Clientes	76.206	-
Estoque	153.303	-
Imposto a recuperar	9.875	-
Ativo fiscal diferido	3.356	-
Imobilizado	259.535	-
Intangível	9.584	-
Fornecedores	(12.203)	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(43.141)	-
Salários e contribuições sociais	(16.900)	-
	<b>439.615</b>	<b>-</b>



### 39. Operação descontinuada

Em 3 de outubro de 2024, o Grupo anunciou a assinatura do acordo de intenção de venda do controle da unidade de produção de biotecnologia, Biorigin, ao *Groupe Lesaffre S.A. ("Lesaffre")*, importante player global no setor de leveduras, fermentação e ingredientes à base de levedura.

Em maio de 2025, o Grupo concluiu a venda de 70% de sua participação societária na Biorigin S.A., por meio de contrato firmado com o *Groupe Lesaffre S.A.*.

Com a conclusão da transação, a Biorigin S.A. deixou de ser combinada nas demonstrações financeiras do Grupo. Assim, os ativos, passivos e resultados dessa investida não integram as demonstrações consolidadas da Açucareira Quatá S.A. Em 31 de março de 2026 pelo método de consolidação, sendo apenas demonstrados pelo método de equivalência patrimonial (empresa coligada) nas Demonstrações Financeiras combinadas.

A operação resultou em um ganho de capital de R\$ 293.497 após os ajustes de preço contratuais, correspondente à diferença positiva entre o valor da contraprestação recebida e o valor contábil do investimento na data da alienação, reconhecido no resultado, na linha "Outras receitas operacionais líquidas".

O resultado da operação descontinuada é apresentado a seguir:

<b>Demonstração resumida do resultado</b>	<b>31/03/2026</b>	<b>31/03/2025</b>
Receita operacional líquida	57.296	440.292
Custos dos produtos vendidos	(45.781)	(308.156)
Despesas de vendas	(7.528)	(54.683)
Despesas administrativas e gerais	(7.671)	(61.321)
Resultado financeiro	(1.467)	(5.392)
<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos</b>	<b>(5.151)</b>	<b>10.740</b>
Imposto de renda e contribuição social	3.049	2.883
<b>Lucro (prejuízo) líquido</b>	<b>(2.102)</b>	<b>13.623</b>



### 39. Operação descontinuada—Continuação

As classes de ativos e passivos da Biorigin S.A. que impactaram a demonstração financeira, são:

<b>Ativo</b>	<b>31/03/2025</b>
Caixa e equivalentes de caixa	39.526
Clientes	76.206
Estoque	153.303
Imposto a recuperar	9.875
Ativo fiscal diferido	3.356
Imobilizado	259.535
Intangível	9.584
<b>Total do ativo</b>	<b>551.385</b>
<b>Passivo</b>	<b>31/03/2025</b>
Fornecedores	12.203
Empréstimos, financiamentos e debêntures	43.141
Salários e contribuições sociais	16.900
<b>Total do passivo</b>	<b>72.244</b>
<b>Total Acervo líquido</b>	<b>479.141</b>

**Diretoria Executiva**  
**Diretores**

André Inerra  
Wilson Ernesto da Silva

Contador Responsável: Gabriela Bevilaqua  
CRC: SP- 1SP314115

